

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR
2018/2019, 2.ª Edição



III

**CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE *JOINT INTELLIGENCE*,
SURVEILLANCE AND RECONNAISSANCE (JISR) ENTRE FORÇAS
ARMADAS E FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

Hélder Bruno de Sousa Ferreira
CAP/PILAV



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE *JOINT*
INTELLIGENCE, SURVEILLANCE AND
***RECONNAISSANCE* (JISR) ENTRE FORÇAS ARMADAS E**
FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA

CAP/PILAV Hélder Bruno de Sousa Ferreira

Trabalho de Investigação Individual do CPOS-FA 2018/19, 2.^a Edição

Pedrouços 2019



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

**CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE *JOINT INTELLIGENCE*,
SURVEILLANCE AND RECONNAISSANCE (JISR) ENTRE
FORÇAS ARMADAS E FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA**

CAP/PILAV Hélder Bruno de Sousa Ferreira

Trabalho de Investigação Individual do CPOS-FA 2018/19, 2.^a Edição

Orientador: TCOR/TINF Francisco José de Carvalho Cosme

Pedrouços 2019



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Hélder Bruno de Sousa Ferreira**, declaro por minha honra que o documento intitulado **Criação de um Centro de *Joint Intelligence, Surveillance And Reconnaissance* (JISR) entre Forças Armadas e Forças e Serviços de Segurança** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Promoção a Oficial Superior – Força Aérea 2018/19, 2.^a Edição** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **15 de julho de 2019**

Hélder Bruno de Sousa Ferreira



Agradecimentos

“To begin by bluster, but afterwards to take fright at the enemy's numbers, shows a supreme lack of intelligence”

Sun Tzu on the Art of War

Este trabalho, apesar de redigido e composto pelo autor, apenas foi possível graças ao inestimável apoio e contributo essencial de várias pessoas que, devido ao seu esforço primordial, se justifica agradecer nas próximas linhas.

Ao meu orientador, Tenente-Coronel, Francisco José de Carvalho Cosme, agradeço toda disponibilidade, os conselhos assertivos, a partilha de conhecimentos e a camaradagem, indispensáveis para nortear este trabalho de investigação e que muito me apraz registar. A sua sábia orientação e a acutilância das revisões foram essenciais no resultado final.

Uma palavra de especial e grande apreço ao Major Pedro Ferreira pela amizade, tempo, determinação e capacidade única para perspetivar a realidade. A sua ampla experiência e visão sobre esta temática permitiram alargar o espectro da investigação e, simultaneamente, explorar os aspetos mais relevantes, em prol de uma investigação sólida, rica e eficaz.

É também importante realçar o contributo dos entrevistados, que me concederam a oportunidade de obter valioso conhecimento e esclarecer diversos detalhes, manifesto o meu apreço e reconhecimento pela sua pronta disponibilidade para me receberem.

Aos camaradas de curso, em especial aos “*South Side Crew*”, cumpre-me manifestar o maior apreço pelo espírito de colaboração e companheirismo vivido durante a frequência do mesmo, espírito esse que muito contribuiu para a existência de um ambiente propício à reflexão e ao debate de ideias relacionadas, não só com a problemática do presente trabalho, mas também com a dos restantes trabalhos realizados no contexto daquele curso.

Ao amor incondicional dos meus pais, aos quais devo uma grande parte daquilo que sou e à disponibilidade dos meus sogros, olhando para trás não sei como aqui teria chegado se não fossem vocês.

Por último, ao sorriso e ao abraço do Afonso e à força, resiliência e apoio incondicional da Márcia, não há palavras que descrevam o vosso contributo e que vos farão o devido reconhecimento. Cada palavra, cada frase e cada parágrafo foi a pensar em vocês e no nosso futuro.



Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento teórico e conceptual	4
2.1. Revisão da literatura	4
2.2. Conceitos estruturantes	4
2.2.1. <i>Fusion Center</i> (FC)	4
2.2.2. <i>Joint Fusion Center</i> (JFC)	4
2.2.3. <i>Intelligence Surveillance and Reconnaissance</i> (ISR)	4
2.2.4. <i>Joint Intelligence Surveillance and Reconnaissance</i> (JISR)	5
2.2.5. Centro de Comando Tático	7
2.2.6. Missões de RV	7
2.2.7. <i>High Intensity drug Trafficking Area</i> (HIDTA) <i>Investigative Support Centers</i> (ISC)	7
2.2.8. Tráfico de estupefacientes	9
2.3. Modelo de Análise	10
2.3.1. Quadro Conceptual	10
2.3.2. Questões da Investigação	10
3. Metodologia e método	11
3.1. Metodologia	11
3.2. Método	11
3.2.1. Participantes e procedimento	11
3.2.2. Instrumentos de recolha de dados	12
3.2.3. Técnica de tratamento de dados	12
4. Apresentação dos dados e discussão dos resultados	13
4.1. Articulação entre Forças Armadas e Forças e Serviços de Segurança	13
4.2. Estruturas organizacionais existentes nas FFAA e FSS	15
4.2.1. FFAA	15
4.2.1.1. Organização	15
4.2.1.2. Meios de RV	16
4.2.1.2.1. P-3C CUP+	16
4.2.1.2.2. C-295M	17



4.2.1.2.3. RPAS	18
4.2.1.2.1. Submarinos da Classe Tridente	19
4.2.1.2.2. Fragatas das Classes Vasco da Gama e Bartolomeu Dias	19
4.2.2. FSS	20
4.2.2.1. Organização	20
4.2.2.2. Meios de RV	20
4.2.2.3. Resultados Operacionais	21
4.2.3. Síntese conclusiva à QD1	22
4.3. Capacidades, estruturas e interações de um JFC e a sua aplicabilidade ao contexto nacional	23
4.3.1. Constituição de um HIDTA ISC	23
4.3.2. Diferença entre um JFC e um HIDTA ISC	24
4.3.3. JFC Europeus	24
4.3.4. Síntese conclusiva à QD2	25
4.4. Solução de comando tático conjunto para o tráfico de estupefacientes e resposta à QC	26
5. Conclusões	28
Referências Bibliográficas	34

Índice de Apêndices

Apêndice A – Modelo de análise	Apd A-1
Apêndice B – Universo de aplicações das informações no combate ao tráfico de estupefacientes	Apd B-1
Apêndice C – Guiões das entrevistas semiestruturadas	Apd C-1
Apêndice D – Guião da entrevista semiestruturada do <i>Associate Deputy Director Investigative Support Center Program Manager Washington/Baltimore</i> HIDTA ISC	Apd D-1
Apêndice E – Análise de conteúdo das entrevistas	Apd E-1
Apêndice F – Análise interpretativa dos resultados	Apd F-1
Apêndice G – Conceitos estruturantes	Apd G-1



Índice de Figuras

Figura 1 – O Ciclo de Joint Intelligence Surveillance and Reconnaissance (JISR)	5
Figura 2 – Integração do processo JISR com os ciclos de Intelligence e Operações	6
Figura 3 – Relação entre o ciclo de Reconhecimento e Vigilância e o ciclo de <i>Intelligence</i>	6
Figura 4 – Ciclo <i>Observe-Orient-Decide-Act</i> (OODA)	8
Figura 5 – Ciclo <i>Plan-Do-Check-Act</i> (PDCA)	8
Figura 6 – Fluxo de tráfego marítimo no Atlântico Norte	9
Figura 7 – Gráfico ilustrativo das quantidades de droga apreendidas (Kg) e número de apreensões	24
Figura 8 – Diferença entre Fusion Center e HIDTA ISC	26

Índice de Quadros

Quadro 1 – Relação entre apreensões e meios de transporte utilizados para o tráfico de estupefacientes	10
--	----



Resumo

A prevenção e o combate às ameaças transnacionais e assimétricas, por parte dos Estados, constitui um dos principais desafios do século XXI, levando-os a desenvolver novos conceitos de operações e estruturas organizacionais mais ágeis, por forma a fazerem face a um ambiente altamente complexo e imprevisível.

A mudança do atual paradigma da necessidade de possuir informação para a necessidade de partilhar informação, é uma realidade para os países membros da União Europeia e da *North Atlantic Treaty Organization*. Ciente dessa necessidade, o Governo Português definiu um plano de articulação operacional no conceito estratégico de defesa nacional.

A crescente complexidade das organizações e dos seus processos de partilha de informação, poderá ter uma preponderância fundamental no sucesso de todas as operações, para que se mantenha um perfeito conhecimento situacional do nosso espaço estratégico de interesse nacional permanente e conjuntural.

Recorrendo a uma metodologia de raciocínio indutivo, assente numa investigação qualitativa e num desenho de pesquisa de estudo de caso, aborda-se a criação de um *Joint Fusion Center* como uma potencial mais-valia nacional, facilitando e permitindo a melhoria da partilha de informação e futura resposta às complexas exigências de todas e quaisquer operações.

Palavras-chave

Forças Armadas, Forças e Serviços de Segurança, *Joint Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*, *Joint Fusion Center*, Centro de Comando Tático, Tráfico de Estupefacientes.



Abstract

The fight against transnational and asymmetric threats by States is one of the major challenges on the 21st century, leading them to develop new operations concepts and more agile organizational structures, in order to face a highly complex and unpredictable environment.

The current paradigm shifts from the need of having information to the need to share information and it is a reality in European Union and North Atlantic Treaty Organization member states. Aware of these needs, in 2013, the Portuguese Government defined an operational articulation plan in the strategic concept of national defense.

The growing complexity of those organizations and their information sharing process may have a fundamental preponderance in the success of all operations, so that a perfect situational knowledge of our strategic and conjunctural national interest area can be maintained.

Using an inductive reasoning methodology based on qualitative research and case study research design, the creation of a Joint Fusion Center can add value and be a potential asset at national level, improving and allowing for better sharing information and future response to the complex requirements of any and all operations.

Keywords

Armed Forces, Security Forces, Joint Intelligence, Surveillance and Reconnaissance, Joint Fusion Center, Tactical Command Center and Drug trafficking



1. Introdução

De acordo com o estabelecido na Constituição da República Portuguesa (CRP) a missão primária das Forças Armadas (FFAA) está inequivocamente definida, como sendo “[...] a defesa militar da República.” Nos termos do n.º 1 do art.º 275.º da CRP “[...] contra qualquer agressão ou ameaça externas.” Nos termos do n.º 2 do art.º 273.º da CRP.

[...] perante uma agressão ou ameaça do exterior, que pelo seu significado e dimensão afete [...] os bens jurídicos objeto do conceito constitucional de defesa nacional, a defesa militar poderá envolver uma componente externa, caracterizada pelo exercício de um direito de legítima defesa, no quadro dos compromissos internacionais e, uma componente interna, dirigida à estrita proteção dos mesmos bens jurídicos contra ameaças externas, dentro do espaço físico do território nacional. (n.º 2 do art.º 273.º da CRP, conjugado com o n.º 1 do art.º 2.º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA) (Parecer n.º 147/2001, 3105) da Procuradoria-Geral da República (PGR))

Para além da missão primária, consagrada no n.º 1 do art.º 275.º, a CRP confere às FFAA, conforme o n.º 6 do art.º 275.º, a possibilidade de exercer funções de interesse público, permitindo garantir a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas.

As FFAA poderão também ser empenhadas em missões no âmbito do exercício da soberania, jurisdição e responsabilidades nacionais no combate às Ameaças Transnacionais (AT) dentro do Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente (EEINP) e Conjuntural (EEINC).

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) de 2013, define a tipologia das AT como o terrorismo, a proliferação de armas de destruição massiva, o crime organizado transnacional, a cibercriminalidade, as catástrofes e calamidades, os riscos ambientais e as pandemias. Aponta ainda para a importância de uma estratégia integrada de cooperação entre as FFAA e as Forças e Serviços de Segurança (FSS) nacionais, através de um Plano de Articulação Operacional (PAO), documento que até à data ainda não é do domínio público.

No CEDN estão também expostas as diretivas para um reforço e aperfeiçoamento “[...] de mecanismos de coordenação entre as várias entidades e organismos com responsabilidades neste domínio, atribuindo especial prioridade às ações de fiscalização, deteção e rastreio do tráfico de droga nos espaços marítimo e aéreo sob jurisdição nacional, [...]” (CEDN, 2013, p.34).



O Reconhecimento e Vigilância (RV) de aeronaves e navios através do serviço de Policiamento Aéreo, está legalmente previsto no art.º 13.º da Lei n.º 28/2013 de 12 de abril. Em adição, o documento Missões das Forças Armadas (MIFA, 2014, p.8) estipula a vigilância terrestre quando e sempre que determinado, a fim de garantir a soberania, o cumprimento da lei e a salvaguarda dos interesses nacionais nos planos da segurança e da prevenção da criminalidade. Estes são alguns dos exemplos do elevado compromisso nacional neste vetor de ameaça global.

Neste sentido, a temática que se propõe abordar, fundamenta-se na forma como as AT, designadamente “[...] o crime organizado transnacional, exigem respostas estratégicas, multissetoriais e integradas.” (Resolução do Conselho de Ministros, 2013a. p. 1989), sob a forma de um *Joint Fusion Center* (JFC), onde as FFAA e as FSS são atores fundamentais, graças às missões que lhe estão legalmente consignadas.

No presente trabalho pretende-se fundamentalmente avaliar a relevância de uma solução de comando tático conjunto, designado por JFC, para as missões de RV e, em especial no âmbito das operações do combate ao tráfico de estupefacientes, que promova a interoperabilidade dos sistemas e equipamentos facilitando a coordenação entre autoridades, por via da recolha, do processamento e da disseminação das informações necessárias ao cumprimento das operações.

Perseguindo esse objetivo analisar-se-ão os JFC de países da NATO, nomeadamente dos Estados Unidos da América (EUA), pioneiros na criação desses centros, e de países da União Europeia (UE), nomeadamente Itália e Espanha.

De seguida analisar-se-ão as estruturas nacionais existentes, nas FFAA e FSS, através da pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, para obter a perspetiva de profissionais com conhecimento abrangente e reconhecida experiência nesta temática.

Assim, a presente investigação tem como objeto de estudo a abordagem JFC aplicável às missões RV, à luz do preconizado para este tipo de desenvolvimento (Santos & Lima, 2016, p. 44), sendo delimitada pelos seguintes domínios:

- Espacial, quanto à aplicabilidade nas FFAA e FSS com análise aplicada a alguns países tais como os EUA, a Itália e a Espanha. Justificando-se a razão desta escolha, pelo fato destes países terem sido os pioneiros na criação de JFC;
- De conteúdo, nos conceitos de JFC, *Joint Intelligence Surveillance and Reconnaissance* (JISR), *High Intensity drug Trafficking Area* (HIDTA) *Investigative Support Centers* (ISC) a quando do seu emprego no combate ao tráfico de estupefacientes.



Neste enquadramento, este estudo tem como Objetivo Geral (OG), *propor uma solução de comando tático conjunto, para as missões de RV no âmbito do combate ao tráfico de estupefacientes.*

Para atingir este OG definiram-se os seguintes Objetivos Específicos (OE):

OE1: Analisar as estruturas organizacionais existentes nas FFAA e FSS, que atuam no apoio ao combate ao tráfico de estupefacientes e poderão necessitar de meios de RV e acesso às informações associadas.

OE2: Analisar as capacidades, estruturas e interações de um JFC e a sua aplicabilidade ao contexto nacional.

Este conjunto de objetivos operacionaliza-se na seguinte Questão Central (QC): *Que estruturas deverão ser criadas e/ou reorganizadas no sentido de estabelecer uma solução de comando tático conjunto, para as missões de RV no âmbito do combate ao tráfico de estupefacientes?*

Em conformidade com a estrutura e conteúdos de um artigo científico, este documento encontra-se organizado em cinco capítulos, sendo que o primeiro é a presente introdução; O segundo, ilustrar o enquadramento teórico e concetual que norteou esta investigação; O terceiro, é dedicado à apresentação da metodologia e do método orientadores deste trabalho; O quarto é destinado, à apresentação dos dados, discussão dos resultados e resposta às duas questões da investigação; O quinto, e último, tem como finalidade apresentar um sumário da investigação realizada, avaliar os resultados obtidos, elencar os contributos para o conhecimento científico, referir as limitações identificadas, propor estudos futuros e apresentar algumas recomendações de ordem prática.



2. Enquadramento teórico e conceptual

Neste capítulo apresentam-se a revisão da literatura, os conceitos estruturantes e o modelo de análise seguido.

2.1. Revisão da literatura

Procedeu-se a uma revisão da literatura, no sentido da contextualização do tema, ilustrando o debate teórico, o ambiente nacional e internacional em que se insere, estudos precedentes e naturalmente referências basilares à legislação e à doutrina em que se enquadra, tendo sido possível chegar a algumas ideias preliminares que se descrevem em sede de cada conceito. A definição de cada conceito estruturante será apresentada no final de cada subparágrafo. Quando elaborada pelo autor deste trabalho, terá por base a revisão de literatura efetuada e fundamentação teórica.

2.2. Conceitos estruturantes

2.2.1. *Fusion Center* (FC)

De acordo com o *National Criminal Intelligence Sharing Plan* (NCISP) (2013, p. 14), entende-se por FC um mecanismo eficaz e eficiente de troca de informações de maneira a maximizar recursos, agilizar as operações por forma a melhorar a capacidade de combater o crime e o terrorismo, avaliando dados de diversas fontes.

2.2.2. *Joint Fusion Center* (JFC)

De acordo com o *Fusion Center Guidelines* (2014, pp. 2-4) um JFC é um esforço colaborativo de duas ou mais agências que fornecem recursos, especialização e/ou informações com o objetivo de maximizar a capacidade de detetar, prevenir, investigar, deter e responder a atividades criminosas e/ou terroristas. Os componentes principais de um JFC são a *Situation Awareness* e os alertas sustentados pelos centros de informação e investigação onde os dados operacionais são recolhidos, integrados, avaliados, analisados e disseminados. Neste esforço colaborativo sincroniza-se e integra-se o planeamento operacional.

2.2.3. *Intelligence Surveillance and Reconnaissance* (ISR)

A *Intelligence* está estritamente relacionada com o RV, através da recolha de dados e informação. Em contrapartida, não saberíamos o que vigiar, onde efetuar reconhecimento, ou quando executar ambos, sem a *Intelligence*. Desta forma é essencial estabelecer uma dupla relação fins/meios entre as atividades de RV e a *Intelligence*, no ciclo de ISR.

A doutrina da Força Aérea (FA) define ISR como “[...] a atividade que sincroniza e integra o planeamento e a operação de sensores, meios, processamento, exploração e o

sistema de disseminação no apoio direto às operações. É uma função que integra a *Intelligence* e as operações” (EMFA/DIVOPS, 2012, p. 2-1). Esta doutrina deriva da literatura NATO (AJP-2.7 de 2016).

2.2.4. *Joint Intelligence Surveillance and Reconnaissance* (JISR)

Enquanto o RV nos responde ao “o quê”, “quando” e “onde”, o processo ISR, responde ao “como” e “porquê” (NATO, 2016b). Como podemos verificar na Figura 1, uma tarefa de RV, implica uma conclusão e consequente disseminação das informações recolhidas aos três níveis de decisão: estratégico, operacional e tático, proporcionando ferramentas essenciais ao apoio à decisão do Comandante (NATO, 2016a, p. 3-8).



Figura 1 – Ciclo de JISR
Fonte: NATO (2016b, p. 3-1)

Como podemos constatar, na Figura 2, existe uma dependência direta entre o fluxo central JISR e os seus complementares (*Intelligence* e Operações), de forma a serem criadas as necessárias sinergias para através da integração e sincronização de atividades e assim se alcançar o melhor conhecimento situacional possível.

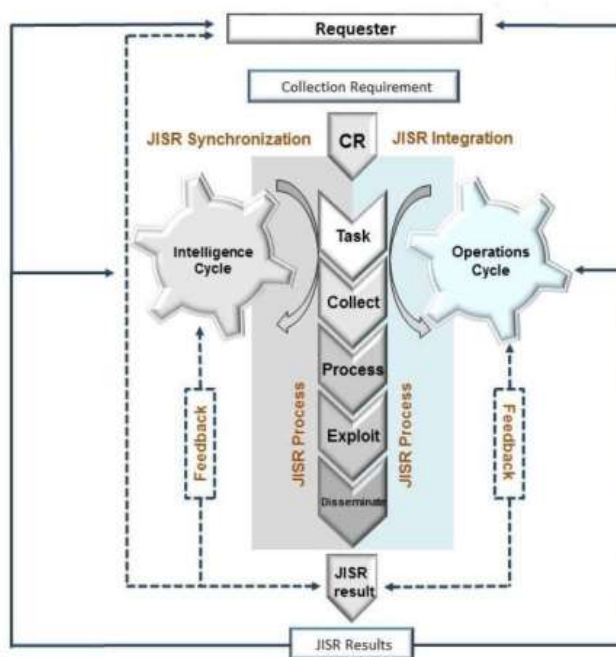


Figura 2 – Integração do processo JISR com os ciclos de *Intelligence* e Operações

Fonte: Disponível em NATO (2016b, p. 2-2)

Em termos nacionais, o Conceito de Operações (CONOPS) da Força Aérea (FA) para o RV, traduz de forma aproximada a doutrina da NATO, como se pode verificar na Figura 3.

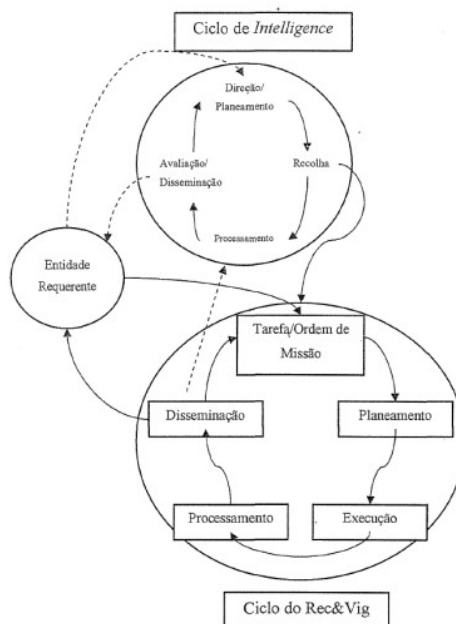


Figura 3 – Relação entre o ciclo de RV e o ciclo de *Intelligence*

Fonte: Disponível em (EMFA/DIVOPS, 2012, p. 2-6)



O JISR é assim definido por um conjunto de capacidades no âmbito das Informações e das Operações, que sincroniza e integra o planeamento e as operações em apoio direto ao decisor no sentido de alcançar os seus objetivos (NATO, 2016b, p. 1-2).

2.2.5. Centro de Comando Tático

Vocacionado para a gestão e coordenação de eventos e ocorrências de elevada complexidade e longa duração, este centro deverá proporcionar a adequada capacidade de Comando, Controlo e Comunicações (C3), assim como a visualização em tempo real da *Recognised Maritime Picture* (RMP), da *Recognised Land Picture* (RLP) e da *Recognised Air Picture* (RAP). Elementos essenciais para manter uma correta “[...] *Operational Situational Awareness to improve interoperability and co-operation between EU military and civilian authorities and other international maritime actors*” de acordo com a *European Defence Agency* (s/d).

Este centro poderá definir-se como um centro de comando tático avançado, caracterizado por uma forte componente tecnológica e por uma extrema versatilidade, dotado de elevada autonomia, ideal localização, capacidade, flexibilidade e interoperabilidade a nível de partilha de informação única e exclusiva na área do tráfico de estupefacientes (*Fusion Center Guidelines*, 2005, p.14).

2.2.6. Missões de RV

O esforço pedido a Portugal em termos de RV poderá ser uma tarefa hercúlea, se tivermos em consideração o EEINP EEINC¹ (Resolução de Conselho de Ministros, 2013a, p. 1985).

Esta vasta área, comporta complexidade e interesse, tanto no âmbito da soberania nacional, como no âmbito da segurança cooperativa, pois Portugal encontra-se nas zonas de fronteira das organizações NATO e EU.

As missões de RV, consideradas e definidas como tendencialmente “dinâmicas”, onde se mantém uma observação sistemática do espaço, da superfície ou da subsuperfície, por observação visual ou por outros métodos de deteção, de forma a obter informações sobre as atividades e recursos de um potencial alvo (NATO, 2016d, p. 1-16).

2.2.7. *High Intensity drug Trafficking Area* (HIDTA) *Investigative Support Centers* (ISC)

Formados no início dos anos 90 nos EUA, pelo governo federal, os HIDTA ISC, têm como principal objetivo melhorar o nível de cooperação interinstitucional na luta contra o

¹ EEINP e EEINC definidos em Apêndice G – Conceitos Acessórios

tráfico de estupefacientes. A missão dos HIDTA ISC é coordenar as agências estaduais e federais no sentido de empregar eficientemente os esforços nacionais no combate ao tráfico de estupefacientes, e assim conseguir evitar consequências prejudiciais em regiões críticas dos EUA.

Pelo analisado, tanto os JFC como os HIDTA ISC baseiam-se nos ciclos: *Observe–Orient–Decide–Act* (OODA) e *Plan–Do–Check–Act* (PDCA). Ciclos que se descrevem nas figuras 4 e 5.

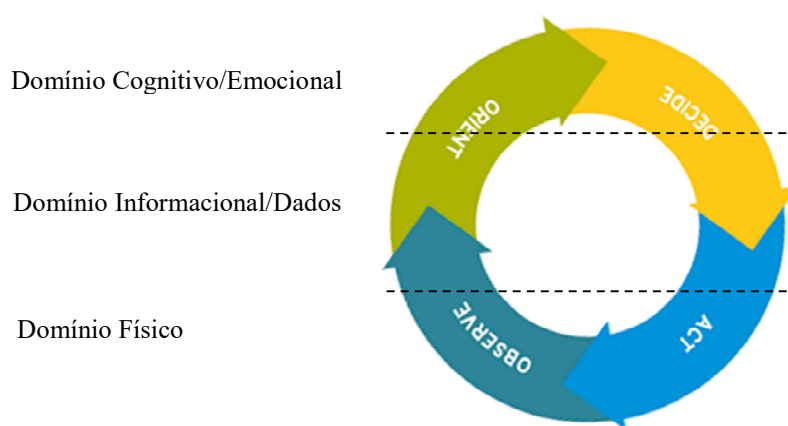


Figura 4 – Ciclo OODA

Fonte: Adaptado a partir de Boyd, John (2019c)

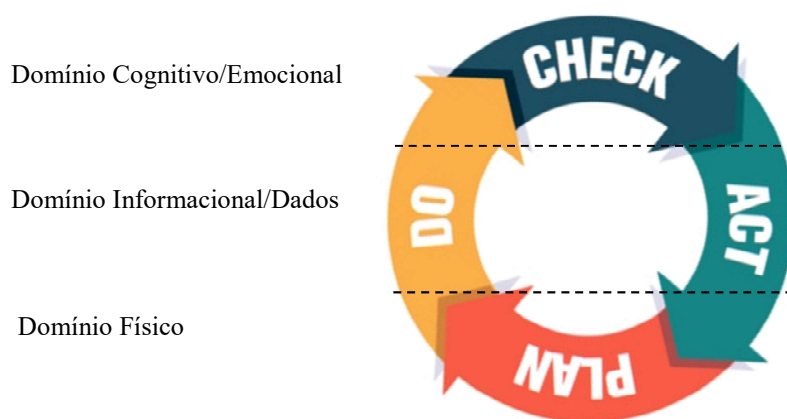


Figura 5 – Ciclo PDCA

Fonte: Adaptado a partir Shewhart, Walter (2019d)

O ciclo OODA envolve a relação entre os tempos de ação e reação entre dois oponentes e seus respectivos processos de tomada de decisão, podendo ser utilizado para confundir e levar o oponente a tomar uma decisão precipitada e/ou errada.

O ciclo PDCA estabelece os objetivos e processos necessários para obter resultados de acordo com o projetado e de forma a atingir as metas finais.

Assim os HIDTA ISC podem ser definidos como estruturas de sincronismo de esforços, sistemas e tecnologias que permitiram uma cooperação completa em termos de partilha de informações, recursos humanos e materiais. Ao trabalhar em conjunto, as agências desenvolveram uma visão comum e técnica coletiva de análise e resolução dos problemas, que lhes permite obter melhores resultados nos domínios: físico, informacional e cognitivo (Gutierrez, 2004, p. 7).

2.2.8. Tráfico de estupefacientes

O posicionamento geoestratégico de Portugal, não só a nível continental, mas também a nível insular, coloca-nos no centro das rotas mundiais da cocaína, originárias da América Central e do Sul, assim como do haxixe, oriundo do Norte de África. Como podemos observar na Figura 6, esta localização, como ponto mais ocidental da Europa, tem nos dias de hoje um elevado impacto em termos da geoestratégia e economia do Atlântico Norte (Nunes, 2015, p.11).

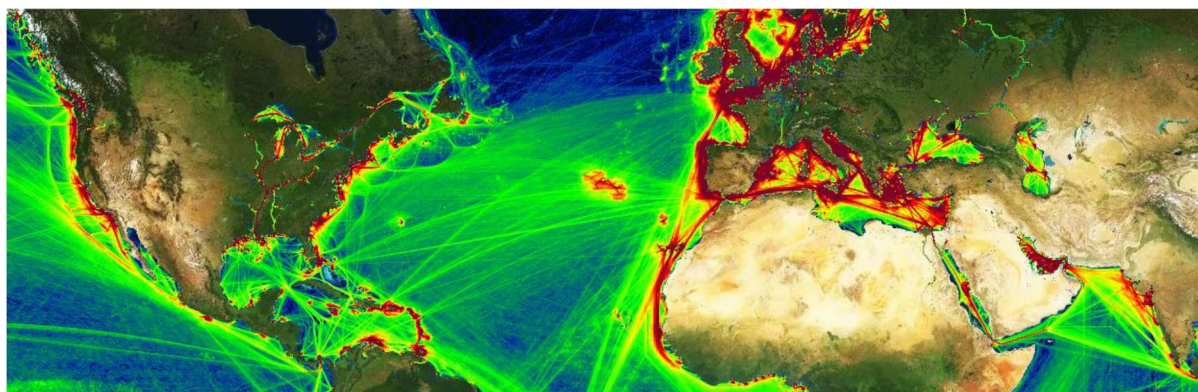


Figura 6 – Fluxo de tráfego marítimo no Atlântico Norte

Fonte: (www.marinetraffic.com, 2018)

Como referido no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) (2018, p. 62), uma das tradicionais áreas de atuação do crime organizado é o tráfico de estupefacientes, que tem tido Portugal como país de destino final de vários tipos de drogas para abastecimento dos circuitos ilícitos europeus. Como podemos observar no quadro 1, Portugal é também um país de trânsito de importantes quantidades de haxixe e cocaína, provenientes de África, da América Central e do Sul, com destino à Europa.

Nos termos do disposto no art.º 4º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de abril, e do art.º 19º, da Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, compete à Polícia Judiciária (PJ), através da



Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes (UNCTE) centralizar e tratar toda a informação referente às infrações tipificadas no Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro.

Quadro 1 – Relação entre apreensões (g) e meios de transporte utilizados para o tráfico de estupefacientes

Meio de transporte por tipo de droga				
	gramas			unidade
	Coluna1	Coluna2	Coluna3	Coluna4
Tipo de Transporte	Heroína	Cocaína	Cannabis	Ecstasy
Aéreo	22.978,16	319.173,05	63.084,87	176.681
Marítimo	6,7	3.103.420,87	3.684.985,08	0
Terrestre	47.608,49	2.139.097,75	957.515,92	23.140
Postal	681,19	736,54	44.343,44	5.271
Desconhecido	17304,99	11.663,60	668.871,03	1.210
TOTAL	88.579,53	5.574.091,81	5.418.800,34	206.302

Fonte: Disponível em RASI 2018, p. 64

No mesmo diploma (DL n.º 15/93) o tráfico de estupefacientes é definido como: “Quem, sem para tal se encontrar autorizado, [...] vender, distribuir, comprar, ceder ou por qualquer título receber, [...] transportar, importar, exportar, fazer transitar ou ilicitamente detiver, [...]” substâncias ilícitas.

2.3. Modelo de Análise

A presente investigação norteou-se pelo modelo de análise refletido no Apêndice A.

2.3.1. Quadro Conceptual

Como pilares basilares da estrutura desta metodologia de investigação, para cada um dos OE, foram estabelecidos conceitos, dimensões, indicadores e técnicas de recolha de dados, conforme o quadro conceptual e que permitiram cumprir as metas estabelecidas.

2.3.2. Questões da Investigação

Da QC já apresentada na Introdução deste trabalho, na página 3 e dos OE derivaram em duas Questões Derivadas (QD), que serão respondidas no capítulo 4.



3. Metodologia e método

Apresentam-se de seguida a metodologia e o método que pautam esta investigação.

3.1. Metodologia

Conforme Santos e Lima (2016), a metodologia da presente investigação segue um percurso constituído por três fases:

- Exploratória, com recurso a análise documental, entrevistas exploratórias, enquadramento conceptual, formulação do problema, objetivos e questões, inscritos no modelo de análise (Apêndice A);
- Analítica, norteadada pela recolha, análise e apresentação dos dados obtidos;
- Conclusiva, orientada para a avaliação e discussão dos resultados obtidos, apresentação das conclusões, contributos para o conhecimento, limitações, sugestões para estudos futuros e outras recomendações.

No que respeita ao tipo de raciocínio, o presente estudo é indutivo, iniciando-se com uma “[...] observação de factos particulares para, através da sua associação, estabelecer generalizações” (Santos & Lima, 2016, p. 20), alicerçando-se numa estratégia de investigação qualitativa e no estudo de caso como desenho de pesquisa.

3.2. Método

A este nível, são elencados os participantes, o procedimento, o instrumento de recolha de dados e as técnicas de tratamento dos dados.

3.2.1. Participantes e procedimento

Participantes. Este estudo integrou dez participantes com experiência direta no emprego de RV, no combate ao tráfico de estupefacientes e no processo de análise e disseminação das informações obtidas (Apêndice B):

- O diretor da Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes (UNCTE) da PJ;
- O segundo comandante da Unidade de Controlo Costeiro (UCC) da Guarda Nacional Republicana (GNR);
- O diretor de operações do Maritime Analysis and Operations Centre (Narcotics) MAOC(N);
- O Associate Deputy Director Investigative Support Center Program Manager Washington/Baltimore do HIDTA ISC;
- Seis oficiais pertencentes às FFAA todos eles com ligações ao RV um oficial da Divisão de Operações (DIVOPS), um oficial do Centro de Reconhecimento, Vigilância e



Informações (CERVI), um oficial de ligação da FA ao MAOC(N), um oficial do *Air Control Centre, RAP Production Centre and Sensor Fusion Post* (ARS) Monsanto, um oficial da Esquadra 601 e o chefe da divisão de operações do Comando Naval (COMNAV).

Procedimento. Foi estabelecido por telefone, *email* ou de forma pessoal, um primeiro contacto com os potenciais participantes, aferindo da disponibilidade para participar na atual investigação. Após anuência, que foi total, foram enviados os guiões das entrevistas semiestruturadas aos participantes (Apêndice C e D). Visando enquadrar devidamente a temática do presente Trabalho de Investigação Individual (TII), tentou-se dar preponderância às entrevistas presenciais, tendo sido realizadas seis nesta metodologia.

3.2.2. Instrumentos de recolha de dados

Foi construído um guião geral das entrevistas semiestruturadas, adaptado a cada uma das realidades das FFAA e FSS, assim como às entidades internacionais relacionadas com o combate ao tráfico de estupefacientes (Apêndice C). Dada a natureza particular desta entidade, foi elaborado um guião específico para o *Associate Deputy Director Investigative Support Center Program Manager* Washington/Baltimore do HIDTA ISC (Apêndice D).

3.2.3. Técnica de tratamento de dados

O estudo da informação recolhida através de entrevistas semiestruturadas adotou a metodologia qualitativa da análise de conteúdo e alicerçou-se (Fachada, 2015, p.114), na identificação de categorias emergentes e categorias *a priori* (enquadradas, respetivamente, no modelo aberto² e no modelo fechado³).

² “O modelo aberto (Silva et. al., 2004) é aquele em que as categorias são definidas no decorrer da análise (categorias emergentes das narrativas, conforme Stemler, 2001)” (Fachada, 2015, p.114).

³ “O modelo fechado (Silva et. al., 2004) corresponde àquele em que as categorias são pré-estabelecidas com base num referencial teórico (categorias *a priori*, conforme Stemler, 2001)” (Fachada, 2015, p.114).



4. Apresentação dos dados e discussão dos resultados

Neste capítulo aborda-se inicialmente a articulação entre FFAA e FSS, para uma posterior estruturação dos dados e resposta às QD e QC.

4.1. Articulação entre Forças Armadas e Forças e Serviços de Segurança

O combate ao tráfico de estupefacientes em Portugal, é desenhado a partir do DL n.º 81/95, de 22 de abril, no qual estão elencadas as diversas entidades que estão diretamente envolvidas: a PJ, a GNR, a Polícia de Segurança Pública (PSP), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e a Direção-Geral das Alfândegas, atual Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA). Conforme referido no preâmbulo daquele diploma, vários órgãos de polícia criminal empenham-se no combate ao tráfico, venda e consumo de estupefacientes, continuando a atribuir à PJ funções de centralização informativa e de coordenação operacional.

Saliente-se ainda as funções específicas da GNR, ao nível da UCC, na vigilância da costa e possíveis pontos de desembarque, e da ATA, na identificação e controlo de mercadorias, no âmbito das suas competências.

Enquanto fenómeno à escala global, o combate ao tráfico de estupefacientes com dimensão internacional, só faz sentido em sede de cooperação e partilha de informação internacional, entre as entidades policiais, através da Europol, Interpol, ou mesmo de natureza bilateral (A. Vaz, entrevista presencial, de 26 de maio de 2019).

De sublinhar que em 2007, foi criado o MAOC(N):

[...] numa iniciativa de sete países da União Europeia, Espanha, França, Irlanda, Itália, Holanda, Portugal e Reino Unido, com o objetivo de promover a cooperação para combater o tráfico de estupefacientes pela via marítima e aérea através do Oceano Atlântico e mar Mediterrâneo para a Europa.

Sedeada em Lisboa, esta unidade é composta por elementos policiais dos diversos países, com suporte nacional militar através da FA e da Marinha, que efetuam a vigilância [...] e reconhecimento [...] da sua área de responsabilidade recorrendo à utilização do seus por meios orgânicos. A mesma organização conta ainda com observadores dos Estados Unidos da América, Comissão Europeia, Europol, Nações Unidas, Canadá, Cabo Verde e Marrocos. (Nunes 2015, p. 30)

Dada a conjuntura atual, e à semelhança da função do MAOC (N) ao nível internacional, existem condições para a implementação, de um mecanismo cooperativo de partilha de informação a nível nacional, melhorando as relações de cooperação existentes



entre as diversas entidades a nível nacional e internacional (J. Ferreira, entrevista presencial, de 18 de abril de 2019)

A utilização de meios militares navais e aéreos revela-se fundamental em operações de RV, especialmente no combate ao tráfico de estupefacientes por via aérea ou marítima. Estes recursos são utilizados em colaboração com o órgão de polícia criminal nacional competente para a investigação. Neste quadro surge em 2003 um protocolo de cooperação entre a PJ e a Marinha, estando atualmente a ser elaborado um entre a PJ e a FA. (P. Ferreira, entrevista presencial, 22 de junho de 2019)

A Polícia Marítima (PM), como autoridade policial de especialidade no âmbito da Autoridade Marítima Nacional (AMN), é o órgão de polícia criminal que garante e fiscaliza o cumprimento das leis e regulamentos nos espaços integrantes do Domínio Público Marítimo (DPM), em áreas portuárias e nos espaços balneares, bem como em todas as águas interiores e demais espaços marítimos.

Em relação ao protocolo em elaboração entre a PJ e a FA, a proposta de implementação salienta as atribuições e competências da Autoridade Aeronáutica Nacional (AAN), previstas na Lei n.º 28/2013, de 12 de abril, e estabelecidas no quadro legal das suas competências e estrutura de funcionamento (P. Ferreira, *op. cit.*).

Fundamentalmente, ambas as entidades exercem, no âmbito das suas competências específicas, o poder de policiamento competente.

No quadro específico da AAN, o Serviço de Policiamento Aéreo, em conformidade com a alínea a) do ponto 2. do artigo 13º da Lei n.º 28/2013, contempla à mesma autoridade a competência legal da execução do RV de aeronaves e navios. Ainda validado pelo artigo 16º da mesma lei e no dever de coordenação e cooperação com as FSS, designadamente através da comunicação de informação necessária para a prossecução dos seus objetivos específicos e da atuação conjunta.

As vantagens decorrentes da utilização dos meios e recursos disponíveis a nível nacional recomendam, na FA, uma utilização integrada de todas as valências técnicas e capacidades operacionais particulares, no apoio à investigação e repressões de manifestações criminosas, num quadro de respeito pela natureza orgânica, competências legais e cooperação entre Instituições (Costa, entrevista presencial, 3 de junho de 2019).

A vigilância das zonas marítimas de soberania ou de jurisdição nacional em alto mar constitui-se como a primeira barreira de prevenção em território nacional e, consequentemente, no Espaço Schengen, de quaisquer tentativas de atos ilícitos, pelo que,



nos termos das suas respetivas competências, exercem a autoridade do Estado as seguintes instituições: a Marinha, a AMN, a PM, a FA, a AAN, a Direção Geral de Recurso Naturais, Segurança e Recursos Marítimos (DGRM) e a GNR (M. Galocha, entrevista presencial, 9 de junho de 2019). Compete-lhes, ainda, nos termos da lei, e em colaboração com as demais FSS, garantir a segurança e os direitos dos cidadãos.

O Centro Nacional Coordenador Marítimo (CNCM), foi criado e regulado pelo Decreto-Regulamentar n.º 86/2007, de 12 de Dezembro. Este centro, criado com carácter de permanência e como órgão que visa agilizar os procedimentos de articulação e os procedimentos nos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacional, aquando do exercício da sua autoridade e contempla a ligação à Marinha, AMN, FA, GNR, SEF, PJ, ATA, Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), Autoridade de Saúde Nacional (ASN), Agência Portuguesa do Ambiente (APA), DGRM, o Sistema de Segurança Interna (SSI) e a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), sempre e quando assim se justificar.

A presidência deste Centro é realizada numa base de rotação alternada semestral, entre as seguintes entidades: FA, Marinha, AMN, GNR, PJ, SEF, SSI e DGRM. Reunindo-se mensalmente, mas caso se justifique poderá ser convocado extraordinariamente.

4.2. Estruturas organizacionais existentes nas FFAA e FSS

4.2.1. FFAA

4.2.1.1. Organização

As competências das FFAA para a execução deste tipo de missões, encontram-se refletidas de forma explícita, nas orientações contidas nos documentos CEDN, Conceito Estratégico Militar (CEM) de 2014 e MIFA de onde se podem retirar, as seguintes missões:

- Vigiar e controlar o EEINP, de modo a dissuadir ameaças ou agressões garantindo a liberdade de utilização das linhas de comunicação marítimas e aéreas;
- Contribuir, de forma supletiva, nos termos da lei, para a prevenção e combate ao crime organizado transnacional, especialmente o tráfico de droga, o tráfico de pessoas e as redes de imigração ilegal;

A estas competências acrescem ainda, as competências previstas em legislação própria, nomeadamente as relacionadas com a AAN, AMN e o Sistema de Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca, entre outras.



4.2.1.2. Meios de RV

Nas FFAA existem duas componentes essenciais para o ciclo de RV: Sistemas de Armas (SA), que integram toda a informação proveniente dos sensores e dados de missão, onde nos iremos focar, e segmentos em terra, incluindo radares, comunicações, redes e os recursos humanos, necessários para o planeamento, acompanhamento e reporte das missões. Na FA, o CERVI; e na Marinha o Comando Marítimo (COMAR), são centros que recebem, tratam e difundem todo um conjunto de informações provenientes dos meios de RV.

De seguida apresentam-se cinco sistemas de armas, que contribuem para as missões conjuntas de combate ao tráfico de estupefacientes: o P-3C CUP+, o C-295M, os *Remotely Piloted Aircraft Systems* (RPAS), os Submarinos da Classe Tridente e as Fragatas das Classes Vasco da Gama e Bartolomeu Dias, estas últimas determinantes nas abordagens a navios suspeitos para além da Zona Contígua⁴. (M. Galocha, *op. cit.*). De salientar que dentro da zona contígua e mar territorial a GNR contribui com as suas embarcações, para este tipo de operações.

4.2.1.2.1. P-3C CUP+

Este SA que equipa a FA desde 2010, é operado pela Esquadra 601 – “Lobos”, baseada na Base Aérea N.º 11 em Beja, conta com uma frota de cinco aeronaves (Força Aérea Portuguesa [FA], 2019a) e é caracterizado como um *Extreme Long Range e Multi Mission Aircraft*.

De acordo com o Conceito de Operações para a Vigilância e Reconhecimento da FA, existem diversas valências e sensores que caracterizam esta plataforma (MFA 500-11, 2012, pp. 3-12-3-18), também extensivamente estudadas por Martins (2012, pp. 4-11) a salientar:

- Autonomia operacional de 12 horas de voo, ou 3500 milhas náuticas, sendo a único SA da FA capaz de patrulhar eficazmente toda a área de soberania e jurisdição nacional;
- O *Radio Detection And Ranging* (RADAR) que permite a deteção de alvos marítimos e aéreos, onde o modo de *Surveillance* permite manter o panorama de superfície a elevadas distâncias, ao qual se poderá sobrepor a função *Maritime Moving Target Indicator* (MMTI)⁵ e *Ground Moving Target Indicator* (GMTI)⁶. Nos modos SAR⁷ e ISAR⁸ reside a

⁴ Zona Contigua definida em Apêndice G – Conceitos Acessórios

⁵ MMTI - Modo de operação que recorre a técnicas Doppler para eliminar o ruído de superfície (estático) explorando os ecos dinâmicos para determinar alvos móveis.

⁶ GMTI - Esta opção permite detetar veículos em movimento.

⁷ SAR - *Synthetic Aperture Radar*.

⁸ ISAR - *Inverse Synthetic Aperture Radar*.



superioridade deste radar como excelente ferramenta de RV. Modo ISAR permite classificar navios de superfície a distâncias elevadas; Modo SAR permite uma imagem com uma vista de topo do convés do alvo (Martins, 2012, p. C-2). Este panorama de superfície disponibilizado pelo RADAR permite uma comparação com o *Automatic Identification System*⁹ (AIS), identificando situações anómalas.

– Sistema eletro-ótico de alta definição (EO/IR¹⁰), que funciona na gama do visível e do infravermelho, permite operar em todas as condições luminosidade e obtenção de imagem de alvos a distâncias superiores ao alcance visual. As imagens obtidas podem ser transmitidas em tempo real, com recurso ao *Tactical Common Data Link* (TCDL), que permite a transmissão de vídeo em tempo real, podendo ser recebido no solo por dois diferentes recetores, um portátil (ROVER¹¹), e outro fixo (STE¹²); “para utilização direta das forças no terreno/superfície ou para um centro de Comando e Controlo (C2), como ferramenta de apoio ao processo de tomada de decisão” (EMFA/DIVOPS, 2012, p. 3-10),

4.2.1.2.2. C-295M

Este SA, na FA desde 2009, representou uma evolução tecnológica e operacional, com capacidades substancialmente superiores às do seu antecessor, o C-212 Aviocar. Com uma autonomia de 10 horas de voo, ou 1500 milhas náuticas pode ser empregue com maior frequência em missões dentro e fora do EEINP.

Este SA é operado pela Esquadra 502 – “Elefantes”, baseada na Base Aérea N.º 6 no Montijo, que conta com uma frota de doze aeronaves (Força Aérea Portuguesa [FA], 2019b), com a limitação de apenas três em simultâneo poderem ser configuradas para este tipo de missão.

O C-295M, na sua configuração ISR, constitui uma plataforma multimissão de duplo uso, militar e de interesse público, capaz de operar sobre terra ou mar, com elevada capacidade de manobra e flexibilidade, estando equipada com um elevado espectro de sistemas e sensores, e custo de operação relativamente mais reduzido que o P-3C CUP+ (P. Ferreira, *op. cit.*).

Para a execução das missões de RV, a aeronave é configurada com um sistema de missão paletizado designado por *Full Integrated Tactical System* (FITS), constituído por

⁹ É um sistema de monitoração de curto alcance utilizado em navios e Serviços de Tráfego de Embarcações.

¹⁰ EO/IR – *Electro-Optical/Infrared*. Termo frequentemente utilizado relativamente ao sistema de câmaras eletro-óticas da plataforma P-3C Cup+.

¹¹ ROVER – *Remotely Operated Video Enhanced Receiver*.

¹² STE – *Surface Terminal Equipment*.



"racks" de equipamentos que integram sistemas de deteção de alvos (radar 360°), de deteção e avaliação de poluição marítima *Side Looking Airborne Radar* (SLAR) e sensores de *Infrared/Ultraviolet* (IR/UV), de deteção e registo visual como os sistemas electro-óptico de alta definição, câmaras fotográfica e de vídeo. Tem ainda a capacidade de transmissão em tempo real de informação para a estrutura de C2 por *Video Data Link* (VDL) e *Satellite Communication* (SATCOM).

4.2.1.2.3. RPAS

Os objetivos nacionais estabelecidos implicam um emprego de recursos adequados, sendo do interesse nacional encarar soluções tecnológicas viáveis que permitam executar as missões atribuídas a baixos custos e se possível ampliar a relevância operacional, melhorando simultaneamente a eficiência e eficácia dos mesmos.

Segundo Vicente (2013, p.68), uma capacidade *Unmanned Aircraft System* (UAS) permite uso dual e surge como multiplicador de força, pois permite fazer com menos pessoas e menor custo a mesma tarefa, ou como *enabler*, pois permite realizar tarefas que até então não eram possíveis.

No contexto das Missões de Interesse Público, são vários os potenciais contributos dos UAS relativamente à tipologia de missões (Patrício, 2011, p. 13) das quais se destacam: Controlo de Fronteiras Marítimas, Combate ao tráfico de Estupefacientes e apoio às FSS no âmbito da Segurança Interna.

A FA está particularmente empenhada em operacionalizar, o mais urgentemente possível, UAS do tipo Classe-II¹³, para integrar no seu dispositivo operacional para missões Vigilância Marítima (VIMAR) e Search And Rescue (SAR) (Morgado, 2016, p. 11).

O enquadramento relativo à política de desenvolvimento e operacionalização está formalizado no Manual 500-12 (EMFA, 2013), tendo como finalidade “traçar uma orientação estratégica para o desenvolvimento, integração e emprego de UAS na Força Aérea, a fim de alcançar uma capacidade de emprego operacional, potenciando o cumprimento de missões militares e de interesse público, numa perspetiva conjunta e abrangente” (EMFA, 2013, pp. 1-2).

No âmbito do RV, verifica-se o emprego de RPAS em Portugal desde 2018, em parceria com a *European Maritime Safety Agency* (EMSA), e através do CNCM (em toda a

¹³ UAS Classe-II - definida em Apêndice G – Conceitos Acessórios



costa vicentina e algarvia). Este novo *Modus Operandi*, levou à criação de uma *National Monitoring Team*¹⁴ (NMT) (P. Ferreira, *op. cit.*).

Não pode ainda deixar de ser salientado que o emprego de UAS no EEINP exige a integração plena com as demais capacidades militares associadas à soberania, segurança e jurisdição, em especial meios navais, meios aéreos tripulados, radares, sistemas de comunicações digitais, *Tactical Data-Links* (TDL), sistemas de C2, sistemas de informação e repositórios de Informações. Este facto exponenciará as capacidades de operação de RV centrada em rede, que se traduzem em ganhos operacionais, mitigação do risco, bem como incrementar a capacidade política e o prestígio nacional. (Cosme, 2019, p. 28)

4.2.1.2.1. Submarinos da Classe Tridente

Os submarinos da classe Tridente, foram adquiridos à empresa alemã *ThyssenKrupp Marine Systems* em 2004.

Ao atuarem de forma encoberta, os submarinos como meios de RV, fazem uso dos sistemas de deteção acústica para detetar embarcações rápidas a distâncias consideráveis. Utilizam sensores eletro-óticos, para recolha de imagens (georreferenciadas para efeitos de prova judicial) em praticamente todas as condições de visibilidade. Sistemas de C2 redundantes e em tempo real tais como o LINK11, *Global System for Mobile Communications* (GSM) e SATCOM permitem interoperabilidade com diversas componentes e estruturas de C2. (Vieira, entrevista por *email*, 02 de julho de 2019).

A isto acresce a capacidade de projeção de *Boarding teams* do Destacamento de Ações Especiais (DAE) do Corpo de Fuzileiros para a abordagem de embarcações ou desembarque em zonas de descarga de droga (Vieira, *op. cit.*).

4.2.1.2.2. Fragatas das Classes Vasco da Gama e Bartolomeu Dias

Navios de aproximadamente 3300 toneladas de deslocamento e comprimento próximo dos 120 metros.

São navios de grande capacidade e versatilidade em missões de RV dão uma compilação do panorama de superfície através dos seus radares navais de superfície e combinados (entre os quais o *Kelvin Hughes1007*) e sistemas eletro-óticos (*Vigy Observer*) que permitem identificar alvos pequenos, tais como *Rigid-hulled inflatable boat* (RHIB), em condições meteorológicas e oceanográficas degradadas. Proporcionam de igual forma uma RMP através dos contributos do seu *Tactical Data Link 11* e do AIS para o panorama *Maritime Command and Control Information System* (MCCIS). Estes navios são

¹⁴ NMT - definida em Apêndice G – Conceitos Acessórios



normalmente empregues no Combate ao Tráfico de Estupefacientes, como “plataforma de projeção” das *Boarding teams* para fazerem as abordagens aos navios suspeitos que poderão oferecer oposição (Macedo, entrevista por *email*, 01 de julho de 2019).

4.2.2. FSS

4.2.2.1. Organização

Como já referido, a UNCTE da PJ, tem competências em matéria de prevenção, deteção, investigação criminal e a coadjuvação das autoridades judiciais relativamente aos crimes de tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, tipificados nos artigos 21.º, 22.º, 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, e dos demais previstos nesse decreto-lei que lhe sejam participados (A. Vaz, *op. cit.*).

Por outro lado, a UCC da GNR garante o cumprimento da lei em terra e no espaço marítimo nacional até às 12 milhas náuticas. Durante 24 horas por dia e diariamente, a UCC vigia toda a extensão da costa e o mar territorial. Esta unidade especializada tem competências específicas de vigilância, patrulhamento e interceção terrestre ou marítima em toda a costa e mar territorial do continente e das regiões autónomas. Compete também à UCC-GNR alojar e operar o Centro Nacional de Coordenação (CNC) do *European Border Surveillance system* (EUROSUR), bem como a incumbência de gerir e operar o Sistema Integrado de Vigilância, C2 (SIVICC), que se encontra distribuído ao longo da orla marítima. (J. Nascimento, entrevista presencial, 25 de junho de 2019).

4.2.2.2. Meios de RV

O SIVICC é gerido e operado pela UCC da GNR e baseia-se numa plataforma tecnológica de C2, composta por um conjunto de 20 postos de observação fixos e móveis, instalados ao longo da linha de costa de Portugal Continental, constituídos por radares costeiros e câmaras de EO/IR, fundamentais para a constituição de uma *Situational Awareness Picture* de possíveis ameaças no mar territorial, orla costeira e fronteira externa da União Europeia (J. Nascimento, *op. cit.*).

De acordo com a resolução 92/2012 do conselho de Ministros o SIVICC é um projeto de âmbito nacional, concebido para a deteção de atividades ilícitas, desde as fraudes fiscais e aduaneiras, terrorismo, tráfico de estupefacientes, busca e salvamento e proteção do ambiente e que permite o exercício da autoridade do Estado no mar e consequente intervenção na orla costeira. Permitindo uma maior capacidade de exercício do C2 e fiscalização de toda a atividade operacional da UCC da GNR.



A GNR acede ao *Joint Operations Reporting Application* (JORA) que providencia uma *Common Operational Picture* (COP) com o objetivo de [...] *centralized supply of surveillance information for situational picture* (Eurosur/Copernicus Fusion Services, 2019).

4.2.2.3. Resultados Operacionais

Segundo o RASI 2018, a FA e a Marinha participaram em apoio à PJ em seis grandes operações no âmbito do combate ao tráfico de estupefacientes por via marítima. Foram realizadas operações no âmbito do projeto *European Patrol Network*¹⁵ (EPN), empenhando meios navais num total de 3129 horas, onde foram fiscalizadas 519 embarcações e 1949 pessoas. A FA efetuou no combate à criminalidade e ao tráfico internacional de estupefacientes aproximadamente 300 horas de voo exclusivamente dedicadas a esta AT. Estas missões permitiram recolher informações, localizações, seguimentos e validações de alvos que possibilitaram a coordenação eficaz das operações e intervenção das autoridades nacionais e de vários Estados Europeus, resultando na apreensão de 1500 Kg de cocaína e 10 toneladas de haxixe.

Em 2018 comparativamente com o ano transato as quantidades de haxixe apreendidas diminuíram 64.5%. Enquanto que as apreensões de heroína aumentaram em 83.8%, as de cocaína em 102.8%, e as de *ecstasy* em 1135.3%.



Figura 7 – Gráfico ilustrativo das quantidades de droga apreendidas (Kg) e número de apreensões

Fonte: Disponível em RASI 2018, p. 63

¹⁵ The European Patrols Network is an international maritime cooperation platform integrating Joint Maritime Operations, Innovative services Networking of specialists in the maritime domain and Shared surveillance of neighbouring patrolling areas.



4.2.3. Síntese conclusiva à QD1

Em resposta à QD1, *Quais as estruturas organizacionais existentes nas FFAA e FSS, que atuam no apoio ao combate ao tráfico de estupefacientes e poderão necessitar de meios de RV e acesso às Informações associadas?* Conclui-se através da análise documental e entrevistas semiestruturadas que as estruturas existentes parecem adequadas e válidas para a implementação de um centro de comando tático conjunto, desde que:

- Se mantenham as atuais competências sem quaisquer sobreposições das mesmas, sendo as FSS sempre os responsáveis pela investigação e detenção criminal, enquanto o suporte dessa investigação e operação será realizado pelos meios RV das FFAA;
- Se salvguarde a segurança da Informação, partilhada pelas várias entidades, incluindo a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade;
- Existam mecanismos e ferramentas, nas FFAA e FSS, que permitam a partilha e atualização, pelas instituições, levando a uma melhoria dos resultados operacionais a todos os níveis;
- Sejam reforçados os recursos humanos e materiais nas FFAA, pois apesar de o CERVI e o COMAR já estarem relativamente preparados para a integração de RV, existindo partilha de informação a alguns níveis, é necessário melhorar todo o planeamento, execução e reporte das missões;
- Seja assegurada a interoperabilidade entre os centros de C2, pois apesar de os meios RV utilizados pelas FFAA não serem totalmente compatíveis entre eles, aqueles centros assumem forçosamente o papel de recetores, emissores e sobretudo integradores de toda a informação;
- Sejam seguidos exemplos de boas práticas, como é o caso da estrutura da NMT recentemente criada e testada no emprego experimental do RPAS e sediada no CERVI;
- Se aposte na criação de mecanismos cooperativos, potenciando sinergias e economias de escala;
- Se reforcem as valências que já existem ao nível dos atuais recursos humanos e materiais, não se enveredando pela criação de uma solução megalómana não adequada, exequível ou aceitável para a realidade nacional;
- Se mantenha e incentive o estabelecimento de laços de confiança mútua, e a flexibilidade institucional para a gestão de um centro conjunto;



– Se adote a solução de um centro de comando tático geograficamente distribuído, mas plenamente integrado em termos de procedimentos, treino, partilha de informação e complementaridade de missões.

4.3. Capacidades, estruturas e interagências de um JFC e a sua aplicabilidade ao contexto nacional.

4.3.1. Constituição de um HIDTA ISC

Em 1986, o Presidente Norte Americano Ronald Regan assinou a *National Security Decision Directive* para combater o tráfico de estupefacientes nos EUA. Como resultado o congresso criou o *Office of National Drug Control Policy* (ONDCP), e sentindo que havia uma necessidade de concentrar mais recursos nas áreas onde o tráfico de estupefacientes era mais intenso, criou o HIDTA ISC.

A missão destes centros ISC é coordenar esforços entre agências locais, estaduais e federais de combate ao tráfico de estupefacientes ao nível das operações e das informações. Inicialmente os principais grupos de trabalho centravam-se em estabelecer relações institucionais para encontrar fugitivos referenciados, tendo depois evoluído para o conceito centrado nas redes de tráfico de estupefacientes em zonas de grande densidade. (NCISP, 2003, p. 14)

Existem atualmente nos EUA, 28 HIDTA ISC.

“[...] Each HIDTA has an ISC. HIDTAs are grant funded and an executive board votes to determine priorities. Data sharing in the ISC is critical, but HIDTAs do not own data, so proper data dissemination is critical.

Event and target deconfliction remain a primary mission for officer safety and sharing investigative information across agencies”. (J. Cook, entrevista por email, 23 de abril de 2019)

Dada a importância da informação operacional *“[...] personnel in the ISC are required to have a secret clearance and mainly are 24/7 they all have a federal, state, local partnership and are co-located”* (J. Cook, *op. cit.*).

Em termos de resultados operacionais, em 2017 o Washington/Baltimore HIDTA ISC *“[...] provided analytical support to 280 criminal investigations and provided 217 referrals to law enforcement, and 87 percent of case agents responding to a survey reported the assistance was useful.”* (J. Cook, *op. cit.*).



Segundo o *2017 Annual Report for the Washington/Baltimore HIDTA, W/B HIDTA initiatives completely dismantled 54 Drug Trafficking Organizations and disrupted an additional 92 Money Laundering Organizations.*

4.3.2. Diferença entre um JFC e um HIDTA ISC

O quadro que se apresenta de seguida apresenta as principais diferenças entre um JFC e um HIDTA ISC. O primeiro essencialmente para matérias relacionadas com o terrorismo, situações de emergência e de proteção civil, enquanto o HIDTA ISC é mais específico, essencialmente centrado nas redes de tráfico de estupefacientes e de partilha de informação entre as diferentes agências aí alocadas.

Figura 8 – Diferença entre JFC e HIDTA ISC

Joint Fusion Centers	High Intensity Drug Trafficking Area Investigative Support Centers
Deal with terrorism as well as criminal and public safety matters across multiple disciplines, including law enforcement, critical infrastructure, fire service, emergency response, public health, and private sector security.	Perform specific <u>core intelligence and information sharing functions</u> in support of the disruption and dismantlement of drug-trafficking and money-laundering organizations.
Receive, analyze, gather, and disseminate threat-related information to appropriate law enforcement and homeland security agencies.	Facilitate communication between federal and law enforcement agencies in counter-drug investigations, eradication, and interdiction efforts.
Produce and disseminate actionable intelligence in support of all-crimes, all-hazards, and terrorism prevention.	Provide narcotics-related investigative case support and lead generation, as well as prepare threat assessments, strategic reports, trend and pattern assessments, and organizational studies.
Owned and operated by state and local authorities.	Created by the National HIDTA Program and sponsored by the <u>Office of National Drug Control Policy (ONDCP)</u> .

Fonte: Adaptado a partir de US Department of Homeland Security (2019)

4.3.3. JFC Europeus

De acordo com uma publicação do *International Centre for Counter-Terrorism* (ICCT) existem seis países¹⁶ na Europa com JFC, que sumariamente analisei para a execução deste TII.

¹⁶ Belgium *Coordination Unit for Threat Analysis* (CUTA), Germany *Gemeinsames Terrorismusabwehrzentrum* (GTAZ) *Gemeinsames Extremismus- und Terrorismusabwehrzentrum* (GETZ), Italy (CASA), The Netherlands *National Coordinator for Counterterrorism* (NCTV), Spain (CITCO), United Kingdom *Joint Terrorism Analysis Centre* (JTAC)



Contudo e dadas as limitações, analisam-se mais profundamente, apenas os exemplos espanhol e italiano dado que os restantes são maioritariamente destinados ao combate ao terrorismo. Estes para além da componente de contraterrorismo possuem valências para o combate às AT.

O *Spanish Counter-Terrorism and Organised Crime Intelligence Centre* (CITCO) tem como objetivo “*receiving, processing and assessing available strategic information on all forms of terrorism that pose a threat to Spain*” (ICCT Report, 2019, p. 11).

Esta informação é “[...] *collating and analysing information from the databases of the various Spanish law enforcement and security agencies, as well as information from international databases and from organisations with which it has cooperation*” (ICCT Report, 2019, p. 11).

O *Comitato di Analisi Strategica Antiterrorismo* (CASA) foi criado em 2004 como elemento do Ministério do Interior Italiano.

Definido em 2015 pelo seu presidente Mario Papa como “*the shared house for all law enforcement and intelligence agencies in Italy*”. Neste centro está criada uma “*joint operation room*” constituída por elementos da FFAA, FSS, Serviços de Informação e do Governo Italiano. Depois da revisão da literatura pode-se concluir que este centro tem uma capacidade estratégica/operacional e não tática como é o propósito deste trabalho.

4.3.4. Síntese conclusiva à QD2

Em resposta à QD2, *Quais as capacidades, as estruturas e interagências que constituem um JFC, que seja aplicável aos requisitos nacionais?* Foram analisadas três realidades externas (USA, Espanha e Itália), através de análise documental e entrevistas semiestruturadas, bem como a realidade interna, concluindo-se:

- Confirma-se o racional que norteou a opção pela tipologia JFC face aos requisitos nacionais;
- Estes centros deverão basear-se em mecanismos cooperativos a nível de operações e informações numa tentativa de reduzir custos de exploração e acrescentar eficácia às missões;
- Deverão funcionar, 24 horas por dia, 7 dias por semana, de acordo com protocolos e procedimentos pré-estabelecidos entre as organizações que os compõem, de acordo com as normas e diretivas em vigor;
- Deve-se considerar estabelecer acordos e protocolos, por um lado entre entidades nacionais (FA, Marinha, PJ, GNR, ATA, SEF, CNCM, DGRM e PSP), por outro



entre organismos congêneres internacionais, como a FRONTEX, EMSA, EFCA, o MAOC (N) e Europol à semelhança dos HIDTA ISC;

- Existem entidades internacionais que podem adicionar valor e contribuir para a criação de redes seguras de passagem de informação, em especial a FRONTEX, o MAOC(N) e a EMSA;

- Estes centros deverão incluir sistemas que permitam obter, como um dos resultados finais, uma compilação de todo o panorama operacional dentro do EEINP;

Existem algumas limitações já identificadas ao longo deste trabalho, em especial devendo:

- Ser constituídos a nível tático, para não se tornarem demasiado burocráticos e com lentos processos de decisão;

- Tal é o que acontece atualmente em Espanha onde “[...] *different police forces that coordinate their operations through CITCO, decided to ignore CITCO because it reduce their efficiency and agility. Some police officers continue to perceive CITCO as a bureaucratic structure that can put police operations at risk*” (ICCT Report, 2019, p. 14);

- Ou mesmo nos EUA, onde os conflitos de interesses entre as agências, têm gerado vários problemas “[...] *New Mexico HIDTA ISC was marginalized and ineffective. Interagency conflicts, spurred by conflicting ideas and ideologies, jurisdictional battles, [...] This problematic environment perpetuated a vicious cycle that virtually dismantled the ISCs intelligence sharing process* (M. Gutierrez, 2004, p. 47).

4.4. Solução de comando tático conjunto para o tráfico de estupefacientes e resposta à QC

Em resposta à QC: Que estruturas deverão ser criadas e/ou reorganizadas no sentido de estabelecer uma solução de comando tático conjunto, para as missões de RV no âmbito do combate ao tráfico de estupefacientes? Conclui-se que é possível uma solução de comando tático conjunto, desde que cumprindo as seguintes condições:

- Nas FFAA o CERVI e o COMAR, e nas FSS o CNC, podem ser o embrião para a criação futura de uma solução centralizada de comando tático para as missões de RV no âmbito do combate ao tráfico de estupefacientes, requerendo integração plena;

- Deve existir uma plataforma conjunta para partilha em tempo real ou quase (COP), dos produtos resultantes do SIVICC, do EUROSUR, da RAP, da RMP e da RLP;



- É necessário estabelecer uma camada de rede segura para disponibilização da informação entre a UCC, PJ, MAOC(N), CNCM, FA e Marinha, sob tutela do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CeGeR);
- O Gabinete Nacional de Segurança (GNS) deverá pronunciar-se acerca das regras a respeitar para a edificação da mesma e circulação da informação;
- Requer-se um servidor e base de dados para repositório e disponibilização da informação partilhada nesta rede, a alojar no centro de dados da PJ (entidade com funções de centralização informativa de acordo com o consagrado no Decreto de Lei n.º 81/95, de 22 de abril);
- No presente, este JFC não deve ser entendido no sentido físico estrito, mas sim num sentido lato, integrando entidades dispersas geograficamente, indissociáveis da missão em estudo, com funções bem definidas.



5. Conclusões

O atual desafio da segurança mundial, orientado para uma sociedade assimétrica, transnacional e em constante mutação, depara-se com desafios que obrigam à procura de soluções inovadoras e cada vez mais adequadas, mais exequíveis e aceitáveis, empregando e maximizando todos recursos humanos e materiais, disponíveis e que se traduzam automaticamente numa melhoria dos resultados operacionais.

O posicionamento geoestratégico de Portugal assume-se como a principal fronteira externa da UE, com a sua vasta área marítima no Atlântico, bem como a entrada do mediterrâneo a sul do território nacional. Estas constituem zonas de extrema importância na dinâmica do mercado e tráfico mundial de estupefacientes, em especial o proveniente da América Latina.

Enfatizam este facto, as características da costa Atlântica Portuguesa, propícias para desembarque dos produtos estupefacientes, nomeadamente devido ao seu relevo e às pequenas praias. Por outro lado, a vastidão dessa costa e os recursos humanos e materiais cada vez mais limitados, tornam extremamente difícil o RV pelas autoridades competentes.

É ambição nacional, caracterizada pelo ambiente de mudança, a utilização das FFAA não só como instrumento militar, mas também como mecanismo cooperativo, onde através de um Plano de Articulação Operacional, para que possa existir uma estratégia integrada de cooperação entre as FFAA e as FSS nacionais.

Com a realização deste TII, aborda-se a potencial criação de um *Joint Fusion Center*, como uma mais-valia, facilitadora da exigida partilha de informação, assim como a resposta às complexas exigências das atuais operações de combate ao tráfico de estupefacientes.

Apurou-se, através da revisão da literatura e das entrevistas realizadas que, nas FFAA existe um conhecimento muito moderado acerca da metodologia *Fusion Center*, tanto nas capacidades existentes como nas estratégias cooperativas. Visando mitigar o problema e adicionar conhecimento acerca deste assunto, foi selecionado como objeto de estudo e tema deste TII a “*Criação de um Centro de JISR entre FFAA e FSS*”, e com o OG de “*Propor uma solução de comando tático conjunto, para as missões de RV no âmbito do combate ao tráfico de estupefacientes.*” operacionalizado na QC apontada na introdução.

Metodologicamente, seguiu-se por um raciocínio indutivo assente numa estratégia de investigação qualitativa e consubstanciado num estudo de caso como desenho de pesquisa. O estudo norteou-se através da recolha de dados por análise documental e entrevistas a dez



experientes profissionais que, pela sua ponderação, reflexão e minúcia das respostas, permitiram conferir substância a este estudo.

A fim de estudar o OG, operacionalizado na QC, foram elencados dois OE, cujo estudo foi estruturado em duas QD, definidas no Capítulo 4.

Visando responder à QD1 e, consequentemente, ao OE1: *Analisar as estruturas organizacionais existentes nas FFAA e FSS, que atuam no apoio ao combate ao tráfico de estupefacientes e poderão necessitar de meios de RV e acesso às Informações associadas*, - conclui-se que o conceito de operação que mais se aplica a estas estruturas organizacionais são o cooperativismo e a resiliência operacional.

Este TII iniciou-se com uma análise documental e entrevistas exploratórias, sobre as maiores dificuldades sentidas operacionalmente no combate ao tráfico de estupefacientes. De seguida, determinou-se qual o objetivo deste trabalho, as tendências e a escassez de recursos que estariam diretamente associados à origem desta problemática e quais as estruturas organizacionais e os principais meios de RV que contribuem para o combate a estas AT.

Consideramos ser possível chegar às seguintes conclusões:

- A estratégia nacional aponta para a importância da abordagem integrada e cooperativa entre as FFAA e as FSS, pela criação de mecanismos de coordenação, entre as várias entidades e organismos com responsabilidades neste domínio;
- Nas FFAA, o CERVI e o COMAR já são centros de integração de RV, da mesma forma que o CNC na UCC da GNR e o MAOC(N) a nível internacional. Nestes centros já existe partilha de informação a alguns níveis, é, no entanto, necessário dotar estes centros de recursos humanos e materiais, de forma a melhorar a pertinência da informação e execução das missões;
- O planeamento e execução desta tipologia de missões requer uma estrutura ágil e órgãos de C2 centralizados, onde o decisor possua toda a informação em tempo real ou quase em tempo real, e um conhecimento situacional completo de modo atingir a eficácia desejada;
- Deve ser instituído todo este processo de cooperação quanto ao emprego de um possível JFC através de legislação, protocolos e acordos;
- O CeRVI e o COMAR possuem excelentes relações com a PJ e MAOC(N), estando atualmente representados por oficiais de ligação não permanentes ou com ligações informais entre as entidades;



- Existe uma necessidade de estabelecer e criar, redes de comunicações seguras, robustas e com a qualidade de serviço adequada, para a troca de informação entre as entidades envolvidas, permitindo criar uma *Situational Room*, com uma plataforma tecnológica conjunta, uma base de dados resiliente e uma COP, que integre, em atualização constante, várias camadas de informação, como a imagem dos radares costeiros, radares de porto, RAP, RMP e RLP;

- A UCC deverá partilhar a imagem em tempo real ou quase do SIVICC e EUROSUR, viabilizando a condução eficaz das investigações em curso;

- A integração em rede destes produtos, pode assentar em parte da estrutura e sistemas instalados nas FFAA e FSS nacionais, requerendo, todavia, ligações seguras entre instituições, camada de rede que poderá ser configurada e mantida pelo Centro de Gestão da Rede Informática do Governo;

- Toda a componente requerida de integridade, disponibilidade e confidencialidade deverá ser verificada e certificada pelo o Gabinete Nacional de Segurança.

Visando responder à QD2, e cumprir o OE2: *Analisar as capacidades, estruturas e interações que constituem um JFC e a sua aplicabilidade aos requisitos nacionais*, apurou-se que estes centros deverão basear-se em mecanismos cooperativos a nível de operações e informações, concluindo-se nomeadamente que:

- Deverão funcionar 24/7, com protocolos e procedimentos pré-estabelecidos entre as organizações;

- Deve-se considerar estabelecer acordos, por um lado entre entidades nacionais, por outro entre estas e os organismos congéneres internacionais;

- Organizações internacionais, tais como a FRONTEX, o MAOC(N) e a EMSA poderão adicionar valor e contribuir para a criação de redes seguras de troca de informação;

- Estes JFC deverão ser constituídos a nível tático, facilitando a operacionalidade, e deverão incluir sistemas que permitam obter uma compilação de todo o panorama operacional incluindo de todos os sensores e plataformas que operem dentro do EEINP.

Face ao exposto, em resposta à QC, e ao correspondente OG: *Propor uma solução de comando tático conjunto, para as missões de Reconhecimento e Vigilância (RV) no âmbito do combate ao tráfico de estupefacientes*, verificou-se que a solução mais adequada, aceitável e exequível para a realidade nacional atual não passa por uma criação de um centro de comando tático conjunto, mas sim pela articulação coerente entre os centros táticos já existentes e subordinados a cada uma das instituições, assegurando-se a integração entre os



mesmos em termos de recolha, organização e partilha de informação e articulação operacional.

Inferiu-se efetivamente que no âmbito deste trabalho, o termo “Centro” não deve ser entendido numa perspetiva estrita, de localização geográfica única, mas sim num entendimento lato, enquanto aglutinação de entidades dispersas, mas concorrentes para uma determinada missão, conferindo sinergias e economias de escala.

Esta articulação contribuirá para a maximização da interoperabilidade, prontidão de resposta das forças, e concomitantemente para a função dissuasão, concluindo-se que:

- Em primeiro lugar deverá ser criada uma estrutura semelhante à NMT (representantes da PJ, GNR, Marinha e FA) que deverá ser ativada sempre que necessário, para o planeamento, acompanhamento e disseminação das informações resultantes das missões de combate ao tráfico de estupefacientes;
- Deve-se estabelecer uma rede de comunicação segura, constantemente disponível, para a partilha da COP, de modo a apoiar a NMT quando esta está em exercício de funções;
- Esta COP terá de ser disponibilizada no CERVI, COMAR, CNC e PJ, podendo a NMT operar de qualquer destes lugares mediante a tipologia e localização da operação;
- A investigação do tráfico de estupefacientes encontra-se centralizada na PJ, assim também o deverá estar a passagem da informação e a COP, sendo a execução das missões realizada de forma descentralizada pelas unidades de RV de forma a contribuir para o sucesso das respetivas operações;
- A coordenação eficaz complementada com ligações funcionais ágeis e um conhecimento situacional da área de interesse, podem no futuro alargar esta conectividade a outras instituições quer a nível nacional como internacional, nomeadamente ao CNCM, MAOC(N) e a EMSA;
- Estas implementações e melhorias de coordenação nos centros táticos subordinados, poderão servir de embrião para a criação de um JFC, não só limitado ao tráfico de estupefacientes, mas aplicável a todo o espectro de missões.

Apresentam-se como **principais contributos** para o conhecimento decorrentes da presente investigação:

- Existe nas FFAA a consciência de que o futuro se enquadra na mentalidade e nos mecanismos cooperativos, exigidos para viabilizar forças e operações multi-domínio, cujo sucesso reside na capacidade de assegurar superioridade de informação e de decisão;



- A indústria e a sociedade civil, estão a sofrer fortes mudanças organizacionais e culturais, o que não pode ser esquecido pelas FSS e FFAA, que devem acompanhar esta evolução, seja a nível nacional, como internacional;

- Fruto da evolução da tecnologia e dos meios de RV, os setores militar e das FSS necessitam de inovar e de procurar, de forma célere, as soluções mais eficazes para os desafios que se lhe apresentam.

Esta investigação identificou duas **limitações** que importa considerar:

- A primeira advém das áreas de atuação de cada organização, que estão bem definidas em Lei, devendo as FFAA limitar-se às tarefas fundamentais de apoio quando e sempre que solicitadas pelas FSS. As FFAA ativam os meios considerados adequados para a execução das missões, sendo a ação policial e investigação criminal da responsabilidade das FSS. As FFAA devem ter presente as competências das FSS de modo a que não se confundam com as de sua responsabilidade;

- A segunda limitação prende-se com o nível de ambição que se pretende atribuir a estes JFC, que no futuro poderá ser uma solução extremamente adequada e exequível, onde será muito importante estabelecer mecanismos cooperativos entre as FFAA e FSS, e ultrapassar o protagonismo institucional individual de possuir ou controlar um centro desta magnitude.

Esta investigação demonstrou a importância desta problemática, expondo a necessidade do desenvolvimento de **estudos futuros**, que analisem de forma mais detalhada as seguintes áreas:

- Estudar a viabilidade de dotar a FA de uma esquadra de RPAS, onde seja possível disseminar o produto operacional a nível nacional e cuja aquisição e sustentação sejam suportadas pelas FFAA e FSS e outras entidades de interesse nacional;

- Estudar de forma mais detalhada, as missões e iniciativas dos operadores europeus de JFC, de modo a permitir um maior e melhor desenvolvimento desta capacidade e aprender com as lições identificadas, de forma a perspetivar no futuro a criação de um centro.

Decorrente do presente trabalho de investigação, **recomenda-se** ao Estado Maior da Força Aérea que estabeleça ou solicite, através dos canais ou entidades competentes:

- A articulação adequada entre os centros de comando tático existentes, de modo a melhorar a cooperação entre estes, em termos de recolha, organização e partilha de informação;



- Os contatos com os outros Ramos das FFAA e FSS, no sentido de criar uma plataforma conjunta, que permita a alimentação e visualização duma COP;
- Os contatos com CeGeR, para a criação de uma rede segura, que permita disponibilizar a informação entre todas as entidades envolvidas;
- Os contatos com a PJ, no sentido de criar um servidor e uma base de dados para o repositório dessa informação;
- Os contatos condicentes ao estabelecimento de protocolos e acordos entre os diferentes ramos das FFAA e as FSS para uniformizar a partilha de informação.

Neste âmbito, e na última década, tem-se assistido ao aparecimento de uma nova abordagem, o paradigma da necessidade de possuir informação tem-se alterado para a necessidade de partilhar informação e trabalhar em conjunto.

“You never change things by fighting the existing reality. To change something, build a new model that makes the existing model obsolete.”

Fonte: Buckminster Fuller (1950)



Referências Bibliográficas

- Annual Report for the Washington/Baltimore HIDTA (2017). (2019, 15 de abril). *Washington/Baltimore High Intensity Drug Trafficking Area's* (W/B HIDTA). [versão PDF]. Retirado de <http://www.hidta.org/wp-content/uploads/2018/06/WBHIDTA-2017-Annual-Report.pdf>
- Boyd, John (2019c). (2019, 10 de maio). How to Master the OODA Loop [Página online]. Retirado de <https://frjohnpeck.com/how-to-master-the-ooda-loop/>
- Copernicus Border Surveillance Services. (2019, 24 de abril). Copernicus Security Services Border Surveillance Component [Página online]. Retirado de https://insitu.copernicus.eu/FactSheets/CSS_Border_Surveillance/
- Cosme, F. (2019). *O Poder Militar na salvaguarda dos Interesses Nacionais: Os Sistemas Aéreos Não Tripulados no Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente*. (Tese de Doutoramento em Estudos Estratégicos). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa [ISCSP], Lisboa.
- Costa, P. (mar/abr de 2011). Esquadra 601 "Lobos" 25 Anos Sobre o Mar. *Revista MAIS ALTO* (390), 6-12.
- Decreto de Aprovação da Constituição n.º 86/1976, de 10 de abril de (1976). *Constituição da República Portuguesa*. Diário da República, 1.ª Série, 86, 770-771. Lisboa: Presidência da República.
- Decreto Lei n.º 15/1993, de 22 de janeiro (1993). *Estabelece o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas*. Diário da República, 1.ª Série, 18, 240 a 241. Lisboa: Ministério da Justiça.
- Decreto Lei n.º 81/1995, de 22 de abril (1995). *Prevê a criação de brigadas anticrime e de unidades mistas de coordenação integrando a Polícia Judiciária, a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a Direcção-Geral das Alfândegas*. Diário da República, 1.ª Série, 95, 2314 a 2316. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Decreto Lei n.º 43/2002, de 02 de março (2002). *Define a organização e atribuições do sistema da autoridade marítima e cria a autoridade marítima nacional*. Diário da República, 1.ª Série, 43, 1750 a 1752. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto Regulamentar n.º 86/2007, de 12 de dezembro (2007). *Articula a ação das autoridades de polícia e demais entidades competentes no âmbito dos espaços*



- marítimos sob soberania e jurisdição nacional*. Diário da República, 1.ª Série, 86, 8880 a 8884. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Direcção-Geral de Recursos Naturais e Serviço Marítimos. (s.d.). Zonas Marítimas sob Soberania e ou Jurisdição Portuguesa [Página online]. Retirado de <https://www.dgrm.mm.gov.pt/am-ec-zonas-maritimas-sob-jurisdicao-ou-soberania-nacional>
- EMFA (2013). *MFA 500-12 Volume II – Visão Estratégica para Sistemas de Aeronaves Não Tripuladas*. Força Aérea Portuguesa.
- EMFA/DIVOPS (2012). *MFA 500-11 Volume I – Conceito de Operações para o Reconhecimento e Vigilância*. Força Aérea Portuguesa.
- European Defence Agency. (s.d.). Maritime Surveillance (MARSUR) [Página online]. Retirado de [https://www.eda.europa.eu/what-we-do/activities/activities-search/maritime-surveillance-\(marsur\)](https://www.eda.europa.eu/what-we-do/activities/activities-search/maritime-surveillance-(marsur))
- Fachada, C. P. A. (2015). *O Piloto Aviador Militar: Traços Disposicionais, Características Adaptativas e História de Vida* (Tese de Doutoramento em Psicologia). Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa [FPUL], Lisboa.
- Força Aérea Portuguesa. (2019a). (2019, 16 de maio). Lockheed P-3C CUP + [Página online]. Retirado de <https://emfa.pt/aeronave-15-lockheed-p3c-cup-orion>
- Força Aérea Portuguesa. (2019b). (2019, 20 de maio). Esquadra 502 - "Elefantes" [Página online]. Retirado de <https://www.emfa.pt/esquadra-45-esquadra-502-elefantes>
- Fusion Center Guidelines (2006). *Developing and Sharing Information and Intelligence in a New Era* [versão PDF]. Retirado de https://it.ojp.gov/documents/fusion_center_guidelines_law_enforcement.pdf
- Gutierrez, M. J. (2004). *Intelligence and High Intensity Drug Trafficking Areas (HIDTA 'S): A Critical Evaluation of the HIDTA Investigative Support Center (ISC)* (Master's Thesis). Naval Postgraduate School [NPS], Monterey, California.
- International Centre for Counter-Terrorism (2019). *Fusion Centres in Six European Countries: Emergence, Roles and Challenges*. [versão PDF]. <https://icct.nl/wp-content/uploads/2019/02/ICCT-VanderVeer-Bos-VanderHeide-Fusion-Centres-in-Six-European-Countries.pdf>
- Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto (2008). *Aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal*. Diário da República, 1.ª Série, 49, 6038 a 6042. Lisboa: Assembleia da República.



- Lei n.º 28/2013, de 12 de abril (2013). *Define as Competências, a Estrutura e o Funcionamento da Autoridade Aeronáutica Nacional*. Diário da República, 1.ª Série, 72, 2145 a 2147. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei Orgânica n.º 1B/2009, de 07 de julho (2009). *Aprova a Lei de Defesa Nacional*. Diário da República, 1.ª Série, 138, 4541 a 4550. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto (2014). *Procede à primeira alteração à Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho*. Diário da República, 1.ª Série, 166, 4545 a 4557. Lisboa: Assembleia da República.
- Marinetraffic. (2019, 02 de maio). *Global Ship Tracking Intelligence*. [Página online]. Retirado de <https://www.marinetraffic.com/en/ais/home/centerx:-12.0/centery:24.9/zoom:4>
- Martins, V. J. (2012). *P-3C CUP PLUS “Multi Mission Aircraft” - Modelo de Interoperabilidade Para Um Novo Espetro De Missões*. (Trabalho de investigação individual do Curso de Promoção a Oficial Superior). Instituto Universitário Militar [IUM], Lisboa.
- Morgado, J. (2016). *Sistemas Aéreos Autónomos Não-Tripulados nas Vertentes Militar, de Segurança e Civil: Definição de uma Estratégia Nacional*. (Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial General). Instituto Universitário Militar [IUM], Lisboa.
- National Criminal Intelligence Sharing Plan (2013). *Building a National Capability for Effective Criminal Intelligence Development and the Nationwide Sharing of Intelligence and Information* [versão PDF]. Retirado de <https://www.hsdl.org/?view&did=747989>
- North Atlantic Treaty Organization. (2017). AAP-06 - *NATO Glossary of Terms and Definitions (English and French)*. Edition A. NATO Standardization Office.
- North Atlantic Treaty Organization. (2016a). AJP-2 - *Allied Joint Doctrine for Intelligence, Counter-Intelligence and Security*. Edition A. NATO Standardization Office.
- North Atlantic Treaty Organization. (2016b). AJP-2.7 - *Allied Joint Doctrine for Joint Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*. Edition A. NATO Standardization Office.
- North Atlantic Treaty Organization. (2016c). AJP-2.1 - *Allied Joint Doctrine for Intelligence Procedures Edition*. Edition A. NATO Standardization Office.



- North Atlantic Treaty Organization. (2016d). AJP 3.3 - *Allied Joint Doctrine for Air and Space Operations*. Edition B. NATO Standardization Office.
- Nunes, P. (2015). *Portugal no atlântico: a rota marítima da cocaína para a europa*. (Tese de Dissertação de Mestrado em Direito e Segurança). Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa [FDUNL], Lisboa.
- Office of National Drug Control Policy (ONDCP) (2019). (s.d.). *Report: ONDCP's Drug-Free Communities*. [Página online]. Retirado de <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/report-ondcps-drug-free-communities-continue-yield-low-youth-substance-use-rates/>
- Parecer n.º 147/2001, de 16 de fevereiro (2002). *Define um quadro legal para: Forças Armadas - defesa nacional - defesa militar - ameaça externa - terrorismo - missões de interesse público - segurança interna*. Diário da República, 2.ª Série, 40, 3101 a 3108. Lisboa: Ministério Público - Procuradoria-Geral da República.
- Patrício, H. F. (2011). *O emprego de UAS em operações militares e outras missões - desafios para as Forças Armadas*. (Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto). Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM], Lisboa.
- RPAS Operations in Portugal (2019), *National Multipurpose Aerial Surveillance, The Operational Plan*. Força Aérea Portuguesa.
- Relatório Anual de Segurança Interna (2018). (2019, 20 de junho) Sistema de Segurança Interna - Relatório Anual de Segurança Interna 2018 [versão PDF]. Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=ad5cfe37-0d52-412e-83fb-7f098448dba7>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2012, de 09 de novembro (2012). *Suspende parcialmente o Plano de Ordenamento da Orla Costeira entre Sines e Burgau e o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, pelo prazo de dois anos, com vista à instalação do Posto de Observação da Ponta da Galhofa, integrado no projeto de âmbito nacional Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controle da costa portuguesa*. Diário da República, 1.ª Série, 92, 6491-6492. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Resolução do Conselho de Ministros (2013a). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Diário da República, 1.ª Série, 67, 1981-1995. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.



- Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2017, de 17 de julho (2017). *Aprova a Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Fronteiras*. Diário da República, 1.^a Série, 104, 3760-3789. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Santos, L. A. B., & Lima, J. M. M. V. (Coords.) (2016). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Cadernos do IESM, 8. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Shewhart, Walter (2019d). (2019, 15 de maio). PDCA Cycle [Página online]. Retirado <https://www.creativesafetysupply.com/glossary/pdca-cycle>
- US Department of Homeland Security (2019). (2019, 23 de abril). *Fusion Centers vs. High Intensity Drug Trafficking Area Investigative Support Centers*. [Página online] Retirado de <https://www.dhs.gov/fusion-centers-and-hidta-investigative-support-centers>
- Vicente, J., Baltasar, A., Nogueira, J., Leitão, F. (2013). *A transformação do Poder Aeroespacial: Tendências internacionais e as operações expedicionárias da Força Aérea*. Porto: Fronteira do Caos Editores.



Apêndice A - Modelo de Análise

TEMA	Criação de um centro de <i>Joint Intelligence, Surveillance and Reconnaissance</i> (JISR) entre Forças Armadas e Forças e Serviços de Segurança				
Objetivo Geral	<i>Propor uma solução de comando tático conjunto, para as missões de Reconhecimento e Vigilância (RV) no âmbito do combate ao tráfico de estupefacientes.</i>				
Objetivos Específicos	Questão Central	Que estruturas deverão ser criadas e/ou reorganizadas no sentido de estabelecer uma solução de comando tático conjunto, para as missões Reconhecimento e Vigilância (RV) no âmbito do combate ao tráfico de estupefacientes?			
	Questões Derivadas	Conceitos	Dimensões	Indicadores	Técnicas de recolha de Dados
OE 1 Analisar as estruturas organizacionais existentes nas Forças Armadas Portuguesas (FFAA) e Forças e Serviços de Segurança (FSS), que atuam no apoio ao combate ao tráfico de estupefacientes e poderão necessitar de meios de Reconhecimento e Vigilância (RV) e acesso às Informações associadas.	QD 1 Quais as estruturas organizacionais existentes nas FFAA e FSS, que atuam no apoio ao combate ao tráfico de estupefacientes e poderão necessitar de meios de RV e acesso às Informações associadas?	Ciclo de ISR Tráfico de Estupefacientes FFAA FSS Sistemas de Armas Cooperação	Operacional Tática	Organização	Análise documental Entrevistas semiestruturadas
				Processo de Decisão	
				Resultados Operacionais	
				Limitações/Condicionantes	
OE 2 Analisar as capacidades, estruturas e interações de um <i>Joint Fusion Center</i> (JFC) e a sua aplicabilidade ao contexto nacional.	QD 2 Quais as capacidades, as estruturas e interações que constituem um JFC, que seja aplicável aos requisitos nacionais?	Joint Fusion Center HIDTA Ciclo de ISR Tráfico de Estupefacientes	Estratégica Operacional Tática	Organizacional	Análise documental Entrevistas semiestruturadas
				Tutela Funcional/Hierárquica	
				Riscos e Oportunidades	
				Aceitabilidade /exequibilidade/adequabilidade	
				Acordos Bilaterais	



Apêndice B - Universo de aplicações das Informações no combate ao tráfico de estupefacientes (Relações das Entrevistas)

Ministério	Entidade		Âmbito de aplicação
Defesa (FFAA)	EMFA	DIVOPS	Divisão de Operações da FA
	Comando Aéreo	CeRVI	Conhecimento situacional do EEINP e EEINC Comando e Controlo de operações ISTAR Fiscalização da Zona Económica e Exclusiva (ZEE) Fiscalização e Vigilância de pescas Cooperação com as FSS na vigilância e reconhecimento de atividades ilícitas
		REPINFOMIL/A2	Informações sobre ameaças, apoio a FND Movimento de meios militares no EEINP
		CRC	Conhecimento situacional do espaço aéreo no EEINP e ameaças aéreas
		BA11/ESQ601	Missões ISR no combate ao tráfico de Estupefacientes
	Comando Naval	COMAR	Informações operacionais e táticas
		CADOP	Informações operacionais e táticas
		Esq. ^a de Submarinos	Informações operacionais e táticas
		DGAM	Controlo e combate à poluição marítima
	AMN	Polícia Marítima	Autoridade marítima
		CNCM	Centro Nacional Coordenador Marítimo
	Comando das Forças Terrestres	CSMIE	Informações operacionais e táticas
	EMGFA	CISMIL	Informações estratégicas e operacionais
		CCOM/CPOE	Informações operacionais
Administração Interna	GNR	UCC	Movimentação no espaço marítimo até às 24 mn EUROSUR
	PSP		Segurança pública
	SEF		Controlo de fronteiras
Justiça	PJ	UNCTE	Combate ao tráfico de estupefacientes
		UCI	Cooperação Internacional
Agricultura Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar	DGRM		Fiscalização e controlo das atividades da pesca. Sistema de Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca (SIFICAP). Monitorização Contínua das Atividades de Pesca (MONICAP)
PM - SG SIRP	SIED		Seguimento de alvos e monitorização de “pattern of life”
	SIS		
Entidades internacionais	NATO	MARCOM	Movimentação de navios militares ou referenciados em águas europeias
	UE	FRONTEX	Controlo das fronteiras externas europeias
	UE	MAOC (N)	Combate ao narcotráfico
	UE	EMSA	Controlo e combate à poluição marítima

Fonte: adaptado a partir de Vicente (2013, p. 232)



Legenda

AMN	Autoridade Marítima Nacional
CADOP	Centro de Análise de Dados Operacionais.
CCOM/CPOE	Comando Conjunto para as Operações Militares / Célula de Planeamento de Operações Especiais.
CISMIL	Centro de Informações e Segurança Militares.
CNCM -	Centro Nacional Coordenador Marítimo
COMAR	Centro de Operações Marítimas
CSMIE	Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército.
DGAM	Direção Geral de Autoridade Marítima.
DGRM	Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos.
EMSA -	European Maritime Safety Agency
ESQ601.	Esquadra 601
FRONTEX	European Border and Coast Guard Agency
MAOC (N)	Maritime Analysis and Operations Centre (Narcotics)
MARCOM	Allied Maritime Command.
PM	Polícia Marítima
SG SIRP	Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa
SIED	Serviço de Informações Estratégicas de Defesa
SIS	Serviço de Informações de Segurança
UCC	Unidade de Controlo Costeiro.
UNCT	Unidade Nacional Contraterrorismo.
UNCTE	Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes.
UCI	Unidade de Cooperação Internacional
UPAT	Unidade de Prevenção e Apoio Tecnológico



Apêndice C - Guiões das entrevistas semiestruturadas

Entrevistados	Posto/Especialidade Nome	Função	Data
A	COR/PILAV Paulo Costa	Chefe da Divisão de Operações da Força Aérea Portuguesa (DIVOPS)	03JUN19
B	MAJ/NAV Rui Rocha	Ex-Oficial de ligação da FA ao <i>Maritime Analysis and Operations Centre (Narcotics)</i> MAOC(N)	17JUN19
C	MAJ/NAV Pedro Ferreira	Chefe do Centro de Reconhecimento, Vigilância e Informações da Força Aérea (CERVI)	22JUN19
D	MAJ/PILAV Bruna Oliveira	Comandante da Esquadra 601	04MAI19
E	COR/TOCC Dias da Silva	Chefe do ARS Monsanto	10MAI19
F	CMDT/ Madaleno Galocha	Chefe do Comando Naval	09JUN19
G	COR/INF João Nascimento	Segundo Comandante da Unidade de Controlo Costeiro da GNR	25JUN19
H	Dr. Artur Vaz	Diretor da Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes da Polícia Judiciária	26MAI19
I	Dr. José Ferreira	<i>Head of Operations Maritime Analysis and Operations Centre (Narcotics)</i> MAOC(N)	18ABR19
J	Mr. John Cook	Associate Deputy Director Investigative Support Center Program Manager Washington/Baltimore HIDTA	23ABR19

Indicadores	Pergunta	Entidade a Entrevistar									
	Quais as estruturas organizacionais existentes nas FFAA e FSS, que atuam no apoio ao combate ao tráfico de estupefacientes?	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Organização	1. Qual a sua opinião em relação à cooperação e articulação, que existe atualmente entre as FFAA e as FSS, no combate às ameaças transnacionais, nomeadamente no combate tráfico de estupefacientes?		X	X			X	X	X	X	
	2. Qual a sua opinião em relação à cooperação e articulação, que existe atualmente entre Portugal e as entidades extranacionais ou supranacionais no combate às ameaças transnacionais, nomeadamente no combate tráfico de estupefacientes?	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
	3. Quais os pontos fortes e fracos que identifica nas relações entre FFAA e FSS na partilha de informação?		X	X			X	X	X	X	
	4. Quais os pontos fortes e fracos que identifica nas relações entre Portugal e as entidades extranacionais ou supranacionais na partilha de informação?	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
	5. Para efeitos de combate ao tráfico de estupefacientes, em que áreas poderá existir uma maior aproximação entre as FFAA e as FSS?	X	X	X	X		X	X	X	X	
	6. Para efeitos de combate ao tráfico de estupefacientes, em que áreas poderá existir uma maior aproximação entre as autoridades de Portugal e as entidades extranacionais ou supranacionais?	X	X	X	X	X	X	X	X	X	



Criação de um Centro de *Joint Intelligence, Surveillance and Reconnaissance* (JISR) entre Forças Armadas e Forças e Serviços de Segurança

	7. Quais os principais meios de reconhecimento e vigilância e que contributos poderão ser dados no âmbito do combate ao tráfico de estupefacientes?	X	X	X	X	X	X	X	X	
	8. Que autoridades nacionais devem fazer parte operacional de um eventual <i>Joint Fusion Center</i> (JFC)?	X	X	X	X	X	X	X	X	
	9. Considera as autoridades nacionais com a maturidade necessária à implementação da metodologia <i>High Intensity Drug Trafficking Area Investigative Support Centers</i> (HIDTA ISC)?	X	X	X	X	X	X	X	X	
Processo de Decisão	10. Sob o ponto de vista da partilha de informação, no âmbito do combate ao tráfico de estupefacientes, quais os maiores desafios que se colocam à criação de um centro de integração de reconhecimento e vigilância entre FFAA e FSS?		X	X			X	X	X	
	11. De que modo é que a partilha da informação, permanentemente atualizada, intermutável e acessível em diferentes locais/equipamentos é relevante para um processo de decisão mais eficaz e eficiente no combate ao tráfico de estupefacientes?	X	X	X	X	X	X	X	X	
	12. O Material/Equipamento, a Interoperabilidade e as Infraestruturas parecem ser fundamentais para uma articulação eficaz e eficiente. Nestas áreas, o que poderá ser melhorado relativamente à articulação que deverá existir entre as FFAA e as FSS?	X	X	X	X	X	X	X	X	
Resultados Operacionais	13. De que modo é que a partilha da informação, permanentemente atualizada, intermutável e acessível em diferentes locais/equipamentos é relevante para um processo de decisão mais eficaz no combate ao tráfico de estupefacientes?	X	X	X	X	X	X	X	X	
	14. Com a criação de um JFC ou HIDTA ISC, acha que o resultado operacional será melhor?	X	X	X	X	X	X	X	X	
	15. A metodologia <i>Fusion Center</i> permite a recolha e tratamentos dos dados que permitem avaliar os níveis de eficiência e eficácia da capacidade?	X	X	X	X	X	X	X	X	
	16. Quais as mais valias que um JFC ou HIDTA ISC nacional, centralizado, colocado junto da entidade que gere e opera os meios aéreos de VDI e as unidades fixas de VDI, trará em termos de planeamento, condução e reporte ao nível tático?	X	X	X	X	X	X	X	X	
Limitações / Condicionantes	17. Quais os pontos fortes e fracos que identifica nas relações entre FFAA e FSS na partilha de informação?		X	X			X	X	X	
	18. Para efeitos de combate ao tráfico de estupefacientes, em que áreas poderá existir uma maior aproximação entre as FFAA e as FSS?	X	X	X	X		X	X	X	
	19. Que autoridades nacionais devem fazer parte operacional de um eventual <i>Joint Fusion Center</i> ?	X	X	X	X	X	X	X	X	
	20. Considera as autoridades nacionais com a maturidade necessária à implementação da metodologia <i>High Intensity Drug Trafficking Area Investigative Support Centers</i> ?	X	X	X	X	X	X	X	X	



	Quais as capacidades, as estruturas e interações que constituem um JFC, que seja aplicável aos requisitos nacionais?	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Organizacional	1. Qual poderá ser a Estrutura de um <i>Joint Fusion Center</i> ?		X	X			X	X	X	X	X
	2. Que tipos de <i>Joint Fusion Center</i> poderão existir?		X	X			X	X	X	X	X
	3. Qual poderá ser a estrutura de um <i>High Intensity Drug Trafficking Area Investigative Support Centers</i> ?		X	X			X	X	X	X	X
	4. Que tipos de <i>High Intensity Drug Trafficking Area Investigative Support Centers</i> conhece?		X	X			X	X	X	X	X
	5. Quais as principais diferenças entre um <i>Joint Fusion Center</i> e <i>High Intensity Drug Trafficking Area Investigative Support Centers</i> ?		X	X			X	X	X	X	X
	6. Qual o modelo que está para ser implementado na FA de um <i>Joint Fusion Center</i> ou <i>INTELL Fusion Center</i> ?	X	X	X							
	7. Dentro desse <i>Joint Fusion Center</i> poderá existir um centro de integração ISR (<i>High Intensity Drug Trafficking Area Investigative Support Centers</i>) ou poderá ser separado?	X	X	X							
	8. Considera as autoridades nacionais com a maturidade necessária à implementação da metodologia <i>High Intensity Drug Trafficking Area Investigative Support Centers</i> ?	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Tutela Funcional e Hierárquica	9. Considera que o JFC ficará bem enquadrado na estrutura do Comando Aéreo e sob Dependência hierárquica do Comandante Aéreo?	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
	10. Quem deverá deter a tutela funcional do JFC?	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
	11. Que oficiais de ligação deverão integrar a estrutura do JFC?	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Riscos e Oportunidades	12. Dentro desse <i>Joint Fusion Center</i> poderá existir um centro de integração ISR (<i>High Intensity Drug Trafficking Area Investigative Support Centers</i>) à semelhança do que existe nos EUA?		X	X			X	X	X	X	X
	13. De que forma pode a metodologia <i>Joint Fusion Center</i> poderá apoiar estrutura hierárquica ou funcional do CA? Será necessário criar cargos/funções para integrar a metodologia <i>Joint Fusion Center</i> na FA?		X	X			X	X	X	X	
	14. Quais? Qual o posicionamento que a metodologia <i>Joint Fusion Center</i> poderá ocupar na estrutura da Gestão da Informação?		X	X			X	X	X	X	
	15. Em que medida podem os processos JFC apoiar a prossecução da missão do CA?	X	X	X							
Aceitabilidade, Exequibilidade e Adequabilidade	16. Dentro desse <i>Joint Fusion Center</i> poderá existir um centro de integração ISR (<i>High Intensity Drug Trafficking Area Investigative Support Centers</i>) à semelhança do que existe nos EUA?	X	X	X							
	17. De que forma pode a metodologia <i>Joint Fusion Center</i> poderá apoiar estrutura hierárquica ou funcional do CA? Será necessário criar cargos/funções para integrar a metodologia <i>Joint Fusion Center</i> na FA? Qual o posicionamento que a metodologia <i>Joint Fusion Center</i> poderá ocupar na estrutura da Gestão da Informação?	X	X	X							



Criação de um Centro de *Joint Intelligence, Surveillance and Reconnaissance* (JISR) entre Forças Armadas e Forças e Serviços de Segurança

	18. Em que medida podem os processos JFC apoiar a prossecução da missão do CA?	X	X	X							
Acordos Bilaterais	19. Quais as organizações que pertencem a um <i>Joint Fusion Center</i> ?		X	X							X
	20. Quais as organizações que pertencem a um <i>High Intensity Drug Trafficking Area Investigative Support Centers</i> ?		X	X							X
	21. Qual a importância dos <i>Liaison Officers</i> nos JFC e <i>HIDTA Support Centers</i> ?		X	X							X
	22. Que organizações extranacionais ou supranacionais devem estabelecer acordos com o JFC nacional, no sentido da partilha de dados?	X	X	X	X	X	X	X	X	X	



Apêndice D - Guiões das entrevistas semiestruturadas

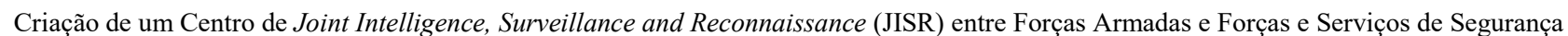
Guião da entrevista semiestruturada para o Associate Deputy Director Investigative Support Center Program Manager Washington/Baltimore HIDTA

1. From your perspective, considering HIDTA requirements only, what are the main challenges to create a center like that?
2. Can you explain how your HIDTA works? (Meaning, *working 24/7? Which* federal, law enforcements and international agencies do you have? Do you share intelligence between agencies in the same place, inside HIDTA or by confidential lines between agencies?).
3. Do you have any resistance/problems, in share Intelligence and implement coordinated enforcement activities, and cooperation between Federal, state, local, and tribal law enforcement agencies?
4. What's the security clearance of the HIDTA, coordination, briefing, mission and debriefing environment?
5. In terms of numbers, can you give me a rough estimate of the total missions per day or week or month?
6. Considering that JFC operation will be a reality throughout Europe in a near future, what concept of operation (strategic or tactical) will be the best to a small country like Portugal?
7. Do you have Liaison officers or permanent members from the Federal, state, local, and tribal law enforcement agencies? What are advantages and disadvantages?
8. Can you describe one or more highlight and successful outcomes of collaboration between your agencies?



Apêndice E- Análise de Conteúdo das entrevistas

Questões Derivadas	Indicadores	Cor. Costa	Maj. Rocha	Maj. Ferreira	Maj. Oliveira	Cor. Silva	Cmdt. Galocha	Cor. Nascimento	Dr. Artur Vaz	Dr. José Ferreira	Mr. J. Cook
Quais as estruturas organizacionais existentes nas FFAA e FSS, que atuam no apoio ao combate ao tráfico de estupefacientes e poderão necessitar de meios de RV e acesso às informações associadas?	Organizacional	Início de mudança de mentalidade e atitude já foi iniciado. Integração da Informação ainda não é uma realidade. GNR reticente a aceitar a partilha de informação dos seus radares. Já existem estudos da DIVOPS para estabelecer uma picture comum .	A cooperação entre a FA a PJ e a Marinha é extremamente próxima positiva e leal . No entanto o mesmo não acontece com a GNR e PSP. A flexibilidade e pragmatismo dos portugueses e das suas estruturas é altamente apreciado pelas entidades internacionais.	Existe uma cooperação sólida eficaz e eficiente . Forte dedicação e empenho no cumprimento com sucesso das missões. Autoridades nacionais têm muito boa relação de confiança e acreditação mútua. O trabalho conjunto deve ser transparente, sincero e honesto.	A figura " need to know " entra em confronto direto com "alvo de oportunidade". Importância de uma informação constantemente atualizada . O CERVI atua como elemento de ligação entre o meio executante e aquele que solicita a ativação do mesmo.	Relação existente é boa e tem mostrado bons resultados . Talvez na partilha de informação em tempo real, uma vez que a tecnologia já permite sensores a colaborarem para a obtenção de uma Common Operational Picture que poderá ser disseminada para quem dela necessite .	Excelente cooperação e articulação, no entanto, cingida à PJ, MP (Marinha Portuguesa), FA e MAOC (N). Importante alcançar laços de confiança mútua. Não existe maturidade suficiente para a constituição de um centro conjunto . Concordou com a criação uma picture comum .	Existe uma efetiva cooperação . Importante ganhar mais valias. Importante para a common picture imagem do SIVICC e do <i>National Coordination Center</i> (NCC) Eurosus. Ponto Forte: Existe mecanismos . Ponto Fraco: falta de recursos para por em prática.	A Cooperação entre as FFAA e a PJ funcionado muito bem com as FFAA. Bons resultados operacionais nas inúmeras missões. Poderia funcionar melhor com as entidades Espanholas (<i>Guardia Civil, Policía Nacional e Vigilancia Aduaneira</i>).	Colaboração razoável . Falta de Mecanismos. Falta de partilha da picture de radares costeiros da ICC . Falta de partilha do MONICAM. Boa relação com PJ Marinha e FA. Falta Protocolo FA-PJ ICC.	
	Processo de Decisão	Existe grande espaço para melhoria do processo de decisão e disponibilização da informação de uma forma mais rápida . Picture Comum . Importante a segurança da Informação proveniente dos órgãos de investigação .	A abordagem policial é mais "descontraída" e "flexível". A abordagem militar é mais estruturada e planeada. É muito importante preservar a segurança da informação e esta investigação é da responsabilidade das FSS .	Manter os graus de confidencialidade FSS responsáveis pela investigação. No caso das missões operacionais deste âmbito "tempo é tudo!". Pode ser mais rápida no sentido de receber, integrar, converter e difundir toda a informação .	A figura " need to know " entra em confronto direto com "alvo de oportunidade". Não existe necessidade de agir rapidamente . Importância atualmente da segurança da informação .	A partilha de informação é muito relevante para tomar a decisão correta da situação que leva à tomada de decisão eficaz e eficiente . A interoperabilidade dos sistemas é muito importante. Segurança da informação .	Informação muito sensível onde as FFAA só necessitam de ter conhecimento da informação no momento da operação. Os pontos fortes é a partilha total de informação, durante a realização das operações.	Informação sensível importante estabelecer ligações seguras . NCC já atua de forma coordenada. A partilha de informações irá melhorar o resultado operacional . Importante estabelecer mecanismos de cooperação.	Existe espaço para melhorar. Este processo de decisão terá de ter em consideração as investigações a decorrer e a necessidade de possuir informação por parte da PJ . Este poderá melhorar com a passagem de informação .	Terá de ser de componente tática para não alterar as leis. Não é Holístico.	
	Resultados Operacionais	Melhoria dos resultados operacionais a todos os níveis, através da criação de um centro multivalências com imagem comum no âmbito do ISR e combate ao narcotráfico. Meios ISR da FA sempre disponíveis e muito importantes para esta tipologia de missão.	Baseados numa cooperação direta e franca entre FFAA e FSS. As FSS são as responsáveis pela investigação criminal, as FFAA devem providenciar elementos com experiência operacional e provenientes das UAs para planejar as missões de RV.	Os meios ISR não têm que ser compatíveis uns com os outros . Os Centros de C2 tem que ser serem: receptores, emissores e sobretudo integradores de informação. <i>A Aduane e a Guardia Civil</i> não trabalhavam com o mesmo sistema de georreferenciação.	Uma bigger picture do que se passa no teatro operacional poderá melhorar os resultados operacionais . Dessa forma, poder-se-ia avaliar qual o grau de sucesso das ações despoletadas.	Com a criação de um JFC o resultado operacional será melhor . Trará com certeza uma melhor e mais racional gestão dos meios e um melhor e mais eficiente planeamento de missão.	FFAA sempre disponíveis para realizar essas missões. As FFAA detêm em exclusivo os meios necessários e fundamentais para o combate ao tráfico de estupefacientes, capacidade oceânica e a aérea que são a chave final para o sucesso para as operações .	A partilha de informações irá melhorar o resultado operacional . Será importante incluir as entidades internacionais. Ex: <i>European Situational Picture</i> que é muito importante para obter bons resultados operacionais.	A nível nacional as FFAA estão sempre disponíveis e os resultados operacionais têm sido bons . A nível internacional, principalmente com as entidades Espanholas poderá melhorar. Meios ISR da FA e da Marinha muito importantes para o combate ao tráfico de estupefacientes.	Razoáveis em termos nacionais poderiam ser melhores. Meios ISR extremamente importantes, mas incluídos num todo e não a funcionar de modo isolado.	
	Limitações Condicionantes	Cuidado com os modelos importados de JFC e Intel F. Center. Deve-se apostar nas valências que já existem e não criar algo megalómano que não se aplique à nossa realidade. Importante que as instituições não tenham tanta protagonismo . A cooperação é essencial nesta temática.	As mais valias existem e são mensuráveis. Ainda não existe em termos institucionais o verdadeiro conceito "JOINT" na sua plenitude. Algumas instituições nacionais possuem os recursos, mas não o conhecimento. Outras, não possuem recursos, mas muito conhecimento e qualidade.	Existe muito formalismo quando da execução das operações . As dependências hierárquicas poderão ser ultrapassadas com a elaboração de protocolos operacionais.	Ainda não existe capacidade de neutralização de atividades ilícitas em mar aberto, o que poderá acarretar enormes fugas ao controlo do narcotráfico. A operação em si também poderia ser mais real time. Importante combater este flagelo e de que participe na operação .		FFAA devem ser muito cautelosas na aproximação às FSS de forma a não se confundirem nas suas competências. Sintomas de importância de algumas entidades portuguesas na realização de operações , o que poderá prejudicar a cooperação.	É exequível a implementação de um centro de comando tático para as missões RV, dependendo apenas de soluções técnicas tais como: implementação de redes seguras e modelos matemáticos. Importante usar os recursos humanos e fundos existentes para o combate a este flagelo .	Para adotar estes modelos de Fusion Center as instituições e as pessoas têm de se tornar mais resilientes. As estruturas internacionais de combate ao tráfico de estupefacientes possuem orçamentos próprios. Nada que não seja possível.	Inflexibilidade das instituições quer FFAA FSS poderão condicionar essa atuação . Criação a realidade nacional . FA, Marinha, PJ, GNR(UCC), AMN e DGRM.	



Apd E-2



Apêndice F – Análise interpretativa dos resultados através de categorias emergentes (categorias definidas após uma análise preliminar da informação recolhida nas dez entrevistas semiestruturadas e representadas por um código de cores) e categorias a priori (categorias definidas num momento anterior à análise, tendo por base a revisão da literatura). Estas categorias encontram-se representadas de modo a responder às duas QD deste TII.

Quais as estruturas organizacionais existentes nas FFAA e FSS, que atuam no apoio ao combate ao tráfico de estupefacientes e poderão necessitar de meios RV e acesso às Informações associadas?	Organizacional	<p>A Cooperação entre as FFAA e FSS no combate ao tráfico de estupefacientes é considerada muito positiva, que tem levado a excelentes resultados operacionais.</p> <p>Já existe alguns estudos para a criação de um <i>Fusion Center</i> (DIVOPS) e várias tentativas para a partilha de uma <i>Operational Picture</i> e o estabelecimento de uma rede de contatos institucionais para a conjugação de meios de RV.</p> <p>Existem mecanismos e ferramentas, nas FFAA e FSS, que devem ser partilhados pelas instituições. São necessários, no entanto alguns recursos financeiros para que se estabeleçam essas redes seguras.</p>
	Processo de Decisão	<p>Importante salvaguardar a segurança da Informação proveniente dos órgãos de investigação criminal.</p> <p>A partilha de informações em tempo real irá melhorar o resultado operacional das missões. Em missões operacionais deste âmbito “tempo é tudo!”.</p> <p>FSS serão sempre os responsáveis pela investigação criminal, a gestão, o apoio e os meios RV das FFAA serão empregues sempre que sejam necessários.</p> <p>A partilha de informação é muito relevante para o <i>Assessment</i> correto da situação que leva a uma tomada de decisão de forma mais rápida eficaz e eficiente.</p>
	Resultados Operacionais	<p>Melhoria dos resultados operacionais a todos os níveis, através da criação de um centro multivalências com imagem comum no âmbito do RV e combate ao narcotráfico.</p> <p>Baseados numa cooperação direta e franca entre FFAA e FSS</p> <p>Os meios RV das FFAA são extremamente importantes para as missões de combate ao tráfico de estupefacientes.</p> <p>Os centros de C2 tem que ser serem: recetores, emissores e sobretudo integradores de informação.</p> <p>Trará com certeza uma melhor e mais racional gestão dos meios e um melhor e mais eficiente planeamento de missão.</p> <p>Poderiam melhorar com a aplicação da capacidade de neutralização de atividades ilícitas em mar aberto contra <i>fast boats</i>.</p>
	Limitações Condicionantes	<p>Cuidado com os modelos importados de JFC e <i>Intell Fusion Center</i>, deve-se apostar nas valências que já existem e não criar algo megalómano que não se aplique à nossa realidade. Criação à realidade nacional, de uma forma cooperativa e sem procurar o protagonismo institucional. Ainda não existe em termos institucionais o verdadeiro conceito “JOINT” na sua plenitude.</p> <p>Importante usar os recursos humanos e materiais e fundos existentes para o combate a este flagelo.</p> <p>Inflexibilidade das instituições quer FFAA FSS poderá condicionar essa criação.</p>



Quais as capacidades, as estruturas e interações que constituem um JFC, que seja aplicável aos requisitos nacionais?	Organizacional	<p>Cada vez mais os mecanismos cooperativos, com a EMSA e a FRONTEX podem adicionar valor, à criação de uma COP de todos os sensores e plataformas.</p> <p>O CERVI de alguma forma já é um centro de integração de RV onde existe partilha de informação a alguns níveis.</p> <p>A estrutura da <i>National Monitoring Team</i> (NMT) poderá ser um exemplo a seguir. Onde o TACOM estará sempre com a PJ</p> <p>Poderá ser possível para o acompanhamento de uma missão de forma conjunta e coordenada.</p> <p>Em termos da investigação criminal e informações terá de ser centralizada na PJ.</p>
	Tutela	<p>As FFAA devem tutelar os meios de ISR.</p> <p>A PJ e GNR devem tutelar a investigação criminal.</p>
	Riscos e Oportunidades	<p>É necessária alguma sensibilidade para esta tipologia de missão.</p> <p>A segurança da informação é extremamente importante. A disseminação da informação poderá ser considerada um processo crítico.</p> <p>Os modelos internacionais podem não se adequar à realidade nacional</p> <p>A criação de um JFC ou a reestruturação dos centros de RV já existentes poderá ter aplicabilidade tendo em conta as capacidades, legislações e competências nacionais já existentes.</p>
	Aceitabilidade Exequibilidade Adequabilidade	<p>Já existem centros táticos subordinados, quer a nível nacional, como é o caso do CeRVI do COMAR nas FFAA, o CNC da EUROSUR na UCC da GNR e o MAOC(N) a nível internacional</p> <p>Faz falta maturidade institucional e verdadeira cooperação sem paroquialismos ou tentativas de sobreposição entre Instituições.</p> <p>Quanto mais rapidamente a informação for partilhada mais rápidas e eficientes se tornam as operações.</p>



	Acordos Bilaterais	<p>Existem entidades internacionais podem financiar a criação de uma <i>Situational Room</i> ou uma COP</p> <p>Somos um país pequeno e devemos aproveitar aquilo cada instituição sabe fazer.</p> <p>Deve-se considerar estabelecer acordos com entidades nacionais (FA, Marinha, PJ, GNR, ATA, SEF, CNCM e PSP) e entidades internacionais como o FRONTEX, EMSA, EFCA, MAOC (N), Europol, Interpol à semelhança dos HIDTA ISC.</p>
--	--------------------	---



Apêndice G – Conceitos Acessórios

Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente (EEINP)

Espaço que corresponde ao território nacional compreendido entre o ponto mais a norte, no concelho de Melgaço, até ao ponto mais a sul, nas ilhas Selvagens, e do seu ponto mais a oeste, na ilha das Flores, até ao ponto mais a leste, no concelho de Miranda do Douro, bem como o espaço interterritorial e os espaços aéreos e marítimos sob responsabilidade ou soberania nacional. Nos termos da alínea a) do art.º 2.º da Lei n.º 28/2013, de 12 de abril.

Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural (EEINC)

Espaço que decorre da avaliação da conjuntura internacional e da definição da capacidade nacional, tendo em conta as prioridades da política externa e de defesa, os atores em presença e as diversas organizações em que Portugal se insere. Podem considerar-se áreas de interesse relevante para a definição do espaço estratégico de interesse nacional conjuntural, quaisquer zonas do globo em que, em certo momento, os interesses nacionais estejam em causa ou tenham lugar acontecimentos que os possam afetar. Nos termos n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003 de 20 de janeiro.

Os espaços de atuação definidos pelos **EEINP** e **EEINC**, definem as áreas onde é essencial manter um conhecimento situacional permanente. A Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 prevê ainda a Extensão da Plataforma Continental para além das 200 milhas marítimas, podendo estender a jurisdição nacional a cerca de 40 vezes a área terrestre de Portugal (Resolução do Conselho de Ministros, 2014, p. 1313), resultando em maior área de responsabilidade para o cumprimento das missões cometidas às FFAA.

Zona Contígua

Estende-se a partir do limite exterior do mar territorial até às 24 milhas náuticas, medidas a partir das linhas base.

A zona contígua estende-se a partir do limite exterior do mar territorial até às 24 milhas náuticas, medidas a partir das linhas base. De acordo com o artigo n.º 33 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), o Estado costeiro exerce, nesta zona, a jurisdição que estabeleceu para o território nacional e mar territorial, prevenindo e combatendo a criminalidade.

UAS Classe-II

Correspondente aos UAS táticos, que engloba os sistemas com MTWO entre 150kg e 600kg. Estes sistemas podem ser operados a partir de locais não preparados e têm uma sustentação logística reduzida. A altitude de operação (até 10.000ft) e alcance favorecem o seu emprego tático (Vicente, 2013, p. 76).



NMT

The National Monitoring Team (NMT) will work at the National Monitoring Room (NMR) and consists on experts with different backgrounds from the National Authorities (i.e. law enforcement, search and rescue, air surveillance). This team is established on the Portuguese Air Force (PoAF) Air Command and is responsible for the analysis, assessment, and dissemination of information to appropriated National Centres (NC) for their follow-up. (RPAS Operations in Portugal, National Multipurpose Aerial Surveillance, The Operational Plan, 2019, p. 11)